

PAPER PARA O 42º ENCONTRO DA ANPOCS

SPG19 FINANÇAS E SOCIEDADE

ELITES BUROCRÁTICAS E IDEOLOGIAS ECONÔMICAS:

OS PRESIDENTES DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDE) E DO BANCO INDUSTRIAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (BIRA) (1944-1962)¹

Alessandro Tokumoto²

O presente trabalho se consiste em uma análise prosopográfica dos presidentes do Banco Industrial de la República Argentina (BIRA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no contexto de industrialização de Argentina e Brasil (1944-1962). O principal objetivo é de captar, em perspectiva comparada, o perfil ideacional desses dirigentes, tendo esse exercício como forma de interpretar a atuação desses dois bancos de desenvolvimento, assim como compreender as diferentes estratégias de desenvolvimento econômico empregadas. Acredita-se que as ideias agem como “crenças causais” da atuação individual e atuam na delimitação de problemas e na formulação de alternativas.

Palavras-Chaves: ideias econômicas; banco nacional de desenvolvimento econômico; banco industrial de la república argentina; burocracia econômica; perfil ideacional.

Introdução

O presente trabalho possui como objeto os indivíduos que ocuparam a presidência de dois bancos de desenvolvimento latino-americanos: do Banco Industrial de la República Argentina (BIRA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em perspectiva comparada, o trabalho assume como problema fundamental uma investigação quanto ao perfil ideacional desses indivíduos que dirigiram tais instituições durante o contexto de industrialização de Argentina e Brasil, um período que se estende entre os anos de 1944 à 1962.

Diante desse problema de pesquisa, são três os objetivos almejados por essa análise. Primeiro, investigar quais eram as ideias econômicas presentes no aparelho estatal de Brasil e Argentina no período analisado. Segundo, investigar dados sobre a orientação de

¹O presente paper é resultado da pesquisa elaborada para a dissertação de mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (Tokumoto, 2018).

²Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela UFPR, sob orientação do professor Dr. Renato Monseff Perissinotto.

ideologia econômica desses dirigentes, tendo como objetivo concreto captar o perfil ideacional individual. Por fim, o trabalho contribuir para a interpretação quanto a atuação de BIRA e BNDE sob as luzes do perfil ideacional de seus presidentes, tendo como base o olhar comparativo sobre as diferenças de atuação dessas instituições.

O problema de pesquisa possui justificativas em três esferas: i) das diferenças macroeconômicas entre Brasil e Argentina no período; ii) do papel desempenhado pelos bancos de desenvolvimento no projeto nacional e pela ausência de trabalhos sobre suas elites dirigentes; iii) das hipotéticas diferenças de perfil das elites de ambas instituições e de suas ideias econômicas. Num ponto de vista de política econômica nacional, Brasil e Argentina apresentaram entre os anos de 1944 e 1962 projetos macroeconômicos com grandes diferenças, que se tornam mais explícitas em seus modelos de industrialização. Nas décadas antecedentes, os modelos agroexportadores de Brasil e Argentina sofreram fortes abalos a partir da conjuntura crítica da crise econômica mundial de 1929. Em ambas as nações, transformações políticas e sociais se desenrolaram, culminando, a partir dos anos 40, em governos estatizantes (Perón e Vargas), com grandes alterações políticas, que apresentavam como maiores novidades, a participação mais ampla do governo como formulador econômico e a busca de modificações do sistema produtivo via industrialização. Ainda, tais experiências foram sucedidas por governos que se autodenominavam desenvolvimentistas, mas que, no entanto, apesar das semelhanças, análises como os de Ffrench-Davis, Muñoz e Palma (1997) revelam diferenças quanto crescimento econômico. O PIB brasileiro cresceu numa média muito superior em comparação com a Argentina, durante a década de 1950, com o crescimento industrial sendo o ponto crítico dessas diferenças, com o Brasil apresentando uma média de 9,1%, em relação aos 4,1% da Argentina³.

Na perspectiva institucional, a atuação desempenhada pelos bancos de desenvolvimento de cada nação é um elemento fundamental, uma vez que tais instituições são as principais responsáveis pelas políticas de fomento. Dentro da lógica de expansão estatal o BIRA foi criado em 1944, na Argentina, e o BNDE, em 1952, no Brasil. Estudos como os de Lopez e Rougier (2011), inserem à análise histórica a política creditícia de bancos de

³Durante a década de 1950, o Brasil, pela primeira vez, apresentou um PIB superior ao argentino (Ffrench-Davis, Muñoz e Palma; 1997).

desenvolvimento como uma fonte importante de compreensão da estratégia de política econômica dos países latino-americanos.

Tendo em vista a presença em ambos países de instituições com a ação social específica de promover o desenvolvimento industrial/econômico, algumas diferenças foram explicitadas por trabalhos anteriores. Estudos como os de Rougier (1999; 2001), Seguin (1967), Katz e Kosacoff (1989) e as próprias memórias institucionais (BIRA 1944-1962) revelam que a atuação do BIRA, no contexto de industrialização, teve como principais características a ausência de metas fixas a longo prazo, a instabilidade de políticas creditícias, onde a estratégia mais permanente se constituiu na busca de uma industrialização horizontalizada, processo pela qual se buscava a condição de “justiça social”. Por outro lado, no Brasil, trabalhos como os de Luciano Martins (1985), Sikkink (1991) e os memoriais do banco (1952-1962) apontam o BNDE como principal formulador e implementador de uma estratégia definida pelas diretrizes da tese dos “pontos de estrangulamento” e dos ideais industrializantes do desenvolvimentismo. Essa parece uma diferença relevante na atuação dessas duas agências: as ideias econômicas que norteavam a atuação desses bancos e que viam na industrialização significados diferentes.

Portanto, tendo em vista tais diferenças de política industrial, a análise busca compreender, a partir dos bancos de desenvolvimento dessas nações, os objetivos traçados pelas principais agências creditícias e de fomento de Argentina e Brasil, no período analisado. Nesse ponto, olhamos para um aspecto em particular, as ideias econômicas dos presidentes do BIRA e do BNDE e possíveis congruências desses perfis com a atuação institucional desses bancos.

Tanto nos desafios econômicos, de crise nos modelos agroexportadores, assim como nas grandes transformações políticas, ambas as nações apresentam um terreno fértil para a lógica comparativa, uma vez que, apesar das semelhanças contextuais e a presença dos bancos de desenvolvimento, os resultados econômicos e as estratégias traçadas foram amplamente distintas. Assim, a principal hipótese do presente trabalho é que mesmo diante de similaridades contextuais, institucionais e econômicas, o aspecto ideacional é uma variável política fundamental para compreender os objetivos e diferenças entre as estratégias de política creditícia de instituições de desenvolvimento econômico. Esse é o

tipo de enfoque presente nos autores do chamado “institucionalismo das ideias”. Esse conjunto de autores resgatam essa problemática sociológica, que havia sido abandonada em nome do rigor metodológico da ciência política e pela dificuldade de manuseio desse aspecto (Sikkink e Finnemore, 1998). A premissa básica se constitui no conceito weberiano de ideologia, como guias da ação individual (Weber, 1981). Nessa direção, ideologias importam, afetam a ação individual e, naturalmente, impactam no *output institucional*.

Segundo essa orientação teórica, propor um estudo ideacional significa reconhecer a idiosincrasia de autores em relação à esse aspecto, onde indivíduos diferentes poderão agir de forma distinta em contextos semelhantes (Walker, 1990; Hecló, 1974). Desse modo, é possível que uma análise apenas concentrada nos aspectos do modelo institucional seja incapaz de captar fatores explicativos sobre as diferenças de atuação institucional. Partindo da concepção de Cox e Béland (2010), ideias são como “crenças causais”, produtos de nossa cognição individual, que residem em nossas mentes e que se conectam ao mundo através de nossas ações. Ainda, apesar de serem invisíveis e intocáveis, são as ideias que atribuem conexão entre “coisas” e indivíduos. Finalmente, tal aspecto atua como guia de nossas ações, ao estabelecer parâmetros cognitivos dos indivíduos. Nesse sentido, as ideias atuam na base por onde se sustentam objetivos e valores pessoais.

No ponto de vista histórico, as análises de Perissinotto (2014) e de Fonseca (2013) sustentam que Brasil e Argentina apresentaram, no período de industrialização, diferenças ideológicas fundamentais para compreender diferenças de política econômica, com o desenvolvimentismo predominando no Brasil e o Justicialismo, na Argentina. Ambas as correntes estatizantes tinham como principal opositor o liberalismo econômico, que via na lógica natural do mercado o principal impulso ao desenvolvimento industrial.

Portanto, o trabalho procura buscar identificar o perfil e as ideias econômicas dos presidentes de BIRA e BNDE, no contexto de industrialização dessas nações (1944-1962), tendo esses fatores como variável independente das diferenças de atuação dessas instituições, sintetizadas via exame bibliográfico. O método empregado para captar o perfil ideacional desses agentes é o da propografia, ou a construção de biografias coletivas, um método que parte de uma descrição de atributos sociais, trajetória e

propriedades de indivíduos, ao longo de um recorte cronológico, onde se espera ser possível, por parte do pesquisador, responder problemas histórico-sociológicos com a comparação de períodos (Codato e Heinz, 2015)⁴.

A classificação dos presidentes dessas instituições se dará através de variadas fontes, onde obedecemos a seguinte ordem de fatores como indicação ou proxy de orientação ideológica: i) autoclassificação; ii) classificação via biografias individuais, levando em consideração o mesmo período do trabalho; iii) classificação presente na bibliografia, levando em consideração o mesmo período do trabalho; iv) associações e filiações dos indivíduos durante o período analisado; v) vínculos com grupos políticos. Compõem o nosso universo 18 indivíduos, sendo 12 presidentes do BIRA e 6 presidentes do BNDE. O número reduzido de indivíduos inviabiliza a utilização de testes estatísticos e nos oferece a oportunidade de realizar um exame histórico de profundidade na biografia dessa elite dirigente.

Os dados apresentados nesse trabalho foram coletados durante os anos de 2016 e 2017, através da consulta de diferentes fontes. No caso brasileiro do BNDE, os dados institucionais foram fornecidos pela própria instituição via portal da transparência, além de consultas aos memoriais anuais⁵. Para a elaboração das biografias individuais foram consultados o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas, dicionários biográficos do tipo “*who’swho*”, assim como currículos, análises históricas, memórias de outras instituições, entrevistas e biografias.

1. Uma descrição do contexto, as ideias econômicas e o perfil ideacional dos presidentes de BIRA e BNDE (1944-1962)

Na presente sessão, apresento as principais ideias apresentadas pelas análises de história econômica dessas nações, numa tentativa de delimitá-las e diferenciá-las. Num segundo momento, apresento as justificativas e uma rápida descrição dos períodos políticos e econômicos de ambas as nações, como forma de contextualizar o leitor sobre o período ao qual a discussão se insere, assim como as raízes institucionais de ambos os bancos de desenvolvimento, essa uma etapa necessária, já que muitas das características de trajetória e ideacional dos presidentes possuem relações com o processo de criação

⁴ Os dados com maior profundidade de detalhes estão inseridos nos anexos ao fim do documento.

⁵ As memórias anuais do BNDE de todo o período aqui analisado estão disponíveis na biblioteca digital da instituição.

dessas instituições. Finalmente, uma terceira sessão apresenta propriamente os perfis ideacionais e algumas justificativas quanto ao recrutamento e atributos pessoais desses presidentes, assim como alguns dados sobre a atuação desses bancos no período.

A. As ideias econômicas na Argentina e no Brasil: um olhar histórico

Essa sessão apresenta uma síntese das contribuições históricas sobre as ideias econômicas no Brasil e na Argentina, necessárias ao presente trabalho, para que num próximo passo seja possível analisar o contexto e captar o perfil ideacional de cada um dos presidentes de BIRA e BNDE. Seguindo as análises históricas do período, apresento os principais elementos do justicialismo, do desenvolvimentismo e do liberalismo, assim como suas especificidades locais. O principal objetivo aqui foi de captar os principais fundamentos teóricos dessas ideias econômicas.

I - O Justicialismo: a busca pela justiça social

No presente trabalho, entende-se por justicialismo a ideia econômica consolidada durante os anos 40, especificamente no caso argentino, baseada no pilar central da justiça social. O justicialismo normalmente se confunde com o termo “*peronismo*”, pela profunda identificação com o projeto do governo de Juan Domingo Perón e de seus seguidores. No entanto, apesar das inegáveis relações com o projeto do ex-coronel argentino, as suas bases teóricas já estavam em gestação desde anos anteriores e passaram a impactar nos governos militares pré-Perón instalados após o golpe militar de 1943.

Em um célebre debate, Lipset (1960) identificou o justicialismo/peronismo como um movimento fascista, com bases nacionalistas, populistas e autoritária. No entanto, como bem detalhou Germani (1973), tais facetas são insuficientes para especificar o justicialismo, uma vez que Lipset atribuiu pouco peso aos ideais da ampliação dos direitos trabalhistas e da aliança fundamental com a classe *obrera* argentina.

O trabalho de Claudio Belini (2006) ressalta outro elemento essencial, a influência do pensamento de Alejandro Bunge, importante economista argentino e mentor de Raúl Prebisch, outra figura de destaque nos debates econômicos do país. Influenciado pelo social cristianismo da igreja católica e na social democracia francesa, Bunge defendia um projeto de industrialização como fonte de modernização social e econômica, com a diversificação das produções nacionais e a ampliação dos direitos sociais. Tais

elementos são vistos por Belini como fundamentais para a compreensão do projeto econômico/social do justicialismo.

Um segundo aspecto do justicialismo é o nacionalismo trazido à tona pelos militares argentinos, onde se insere a figura de Juan D. Perón, que defendia a autonomia argentina num período marcado por conflitos mundiais. Essa visão nacionalista, inspirou aos governos entre os anos de 1943 e 1955 em buscar um projeto econômico de cunho protecionista, com intenso controle nos movimentos de importação e exportação⁶. Tal como apresenta Rougier (2012), o caminho pela industrialização era visto como caminho viável para deixar o passado oligárquico agroexportador em segundo plano e diversificar o parque industrial argentino. Nesse sentido, a expansão industrial era vista como meio de atingir os objetivos finais, da justiça social e de uma sociedade horizontalizada.

Em outubro de 1950, Perón fez um discurso onde delimita o que para ele seriam os pilares de seu governo e do justicialismo. Esse discurso ficou conhecido como as “20 verdades do justicialismo” onde o presidente destaca que:

...como doutrina política, el Justicialismo realiza el equilibrio del derecho del individuo con el de la comunidad. Como doutrina económica, el Justicialismo realiza la economía social, poniendo el capital al servicio de la economía y ,ésta al servicio del bienestar social. Como doutrina social el Justicialismo realiza la justicia social, que da a cada persona su derecho en función social. Queremos una Argentina socialmente Justa, económicamente libre y políticamente soberana. (CSMP, 1950)

Portanto, é possível resumir o justicialismo como um ideário que não se limita ao campo econômico e que possui em seus fins a horizontalidade social, como sugere o seu nome. Seus pilares básicos são a defesa pelo nacionalismo, a justiça social, via expansão dos direitos trabalhistas e a defesa por um modelo de industrialização diversificador.

II - O Desenvolvimentismo: do pragmatismo ao desenvolvimento econômico

Diferente do justicialismo, ideia econômica e social particular do caso argentino, o desenvolvimentismo possui suas versões, assim como seus representantes, em ambas as nações, frequentemente associado aos governos dos presidentes Arturo Frondizi, na Argentina, e de Juscelino Kubistchek, no Brasil. Enquanto o justicialismo aclamava um ideal totalizante da sociedade argentina, o desenvolvimentismo possui natureza de cunho governamental e econômico. A crença básica reside na necessidade de países atrasados

⁶ Sobre essa política de importação e exportação, é relevante analisar o papel desempenhado pelo Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI), criado em 1946, durante o governo de Perón.

economicamente desenvolverem bases industriais e diversificadas da produção nacional, onde o Estado desempenha um papel essencial.

Segundo Fonseca (2004), o receituário desenvolvimentista se consolidou no continente com a atuação da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), entidade criada em 1948. No entanto, seus quatro pilares básicos são resultados de influências ideológicas que se uniram no que, mais tarde, se tornou o desenvolvimentismo. Um primeiro aspecto decorre do nacionalismo e na crença pelo progresso da nação. Um segundo pilar é o industrialismo, defendido por aqueles que enxergavam como empecilho ao progresso a manutenção de uma economia majoritariamente baseada na agroexportação. Ambos aspectos passaram a ser defendidos pelos governos pós-30, no Brasil, como maneira de superar o atraso e fortalecer a autonomia nacional.

Um terceiro aspecto ressaltado por Fonseca e específico ao caso brasileiro é a influência dos chamados papelistas⁷. Um grupo de burocratas que ressaltavam a importância do equilíbrio orçamentário ao mesmo tempo em que defendiam a utilização de créditos e empréstimos, assim como enxergavam o déficit público como uma possibilidade temporária para o crescimento. Os papelistas admitiam a condição de país subdesenvolvido para a utilização de tais mecanismos em prol do desenvolvimento econômico. Na visão do autor, essa influência é fundamental para compreender as estratégias defendidas pelos desenvolvimentistas durante o século XX, no Brasil. Um quarto e último elemento é a influência do positivismo, da qual destacam-se a visão sobre a necessidade de progredir através de um planejamento ordenado por parte do estado e de um corpo técnico qualificado para desempenhar tal função.

Porém, como bem descreve Bielchowski (1995), o desenvolvimentismo se desenvolveu em diferentes grupos, assim como teve uma versão específica no caso argentino. A grande variação se dá em divergências quanto ao grau do nacionalismo e ao papel propriamente adquirido pelos investimentos estrangeiros. No caso brasileiro, uma vertente nacionalista esteve associado ao grupo mais próximo de Getúlio Vargas, através de sua assessoria econômica, assim como nos principais expoentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Um outro grupo desenvolvimentista, que defendia a

⁷ Segundo Fonseca (2004), os papelistas eram majoritariamente bacharéis do século XIX que se opunham aos metalistas, onde destacam-se as figuras de Joaquim Murinho, Francisco Belizário e do ex-presidente da república Campos Sales.

harmonia entre atores estrangeiros e nacionais, batizado de cosmopolitas, estavam representados na própria CMBEU e no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). No caso argentino, o grupo liderado pelo economista Rogélio Frigerio e por Arturo Frondizi se concentrava na UCRI e defendiam um modelo desenvolvimentista mais próximo ao cosmopolita brasileiro, mas que buscava “cortar” fases do processo de desenvolvimento de indústrias de base, produção essa escassa na Argentina, com intensa participação do capital estrangeiro.

Apesar das variações, o desenvolvimentismo possui especificidades na busca pelo pragmatismo nas fases de planificação e de promoção do progresso econômico, visto somente através da diversificação das produções nacionais. Assim, a industrialização é vista quase que como um fim em si mesma.

III - O Liberalismo: racionalização e eficiência econômica

O liberalismo é a ideia econômica que possui como fundamento teórico básico o equilíbrio natural do mercado, que atua como regulador e modernizador das bases econômicas e sociais. A partir desse pressuposto, o Estado possui papel secundário, assume uma faceta mínima, e traz para si a função de corrigir falhas específicas do processo produtivo. Assim, quando se admite a participação estatal, essa função está acompanhada pela forte racionalização e pela necessidade de manter o equilíbrio fiscal. Tal pilar básico sustenta aquilo que mundialmente se entende por liberalismo econômico, no entanto, como apresentam Romero (1981) e Lima (1976), há de se destacar que o liberalismo no Brasil e na Argentina, durante o período aqui analisado, se apresenta em uma versão específica, diferente daquela praticada em outras partes do mundo. Tais autores concordam que o liberalismo latino-americano possui uma forte influência do pensamento conservador do final do século XIX. Ou seja, ao mesmo tempo em que se defendia um projeto liberal para a economia, com a participação secundária do estado, os liberais latino-americanos eram defensores dos valores morais e conservadores em pautas sociais.

O liberalismo argentino e brasileiro atuou, durante a primeira metade do século XX, na manutenção do status quo dessas sociedades. Não por acaso, era essa ideologia econômica/social que orientaram os governos argentinos durante o auge dos modelos agroexportadores e durante os governos da década infame argentina. No Brasil, foi

orientação do chamado período da “*república velha*”, também baseado nas exportações agropecuárias.

Em ambas as nações, setores conservadores eram os principais núcleos dos defensores do liberalismo. No Brasil, as organizações comerciais paulistas e a Faculdade Getúlio Vargas eram núcleos importantes dos liberais. Na Argentina, uma parcela tradicional da UIA, assim como as grandes associações patronais ligadas ao ruralismo eram os principais centros.

B. Contexto, Alianças e as Gêneses Institucionais de BIRA e BNDE

Tendo em vista as ideias econômicas presentes no Brasil e na Argentina, é necessário uma narrativa quanto ao contexto de criação desses bancos de desenvolvimento, algumas justificativas quanto a periodização dessas nações, assim como uma descrição das alianças políticas desses governos, uma vez que essas impactaram na formação dos quadros superiores de ambos os bancos.

I - A “*revolución de junio*”, a criação do BIRA e a queda do peronismo

No caso argentino, dois golpes políticos, por alguns batizados de revoluções, desencadearam grandes modificações políticas o que acarretou também em alterações de objetivos institucionais, orientados por ideais de sociedade e ideias econômicas opostas. Tal como apresenta Llach (1984), uma grande alteração do cenário político acontece em 1943, ano da chamada “*revolución de junio*” que encerrava a etapa histórica da chamada “*década infame*”, marcada pela orientação conservadora, liberal na esfera econômica e baseada na agroexportação, setor tradicional do país desde o fim do século anterior. O novo governo, nascido em um golpe orquestrado pelos militares do Grupo de Oficiales Unidos (GOU), aclamava pela maior participação do exército no processo decisório, pela orientação estatal da economia nacional e principalmente pelo fim de um período marcado pelas fraudes eleitorais e por decisões equivocadas da política externa em um período de conflito mundial, na visão dessa parcela dos oficiais argentinos.

Dentro do período que sucede o golpe militar de 1943, a Argentina foi governada por uma junta militar até o ano de 1944, pelo general Edelmiro Farrell até 1946 e, por fim, pelo Coronel Juan Domingo Perón, governo que se estende até o ano de 1955, quando um novo golpe militar inaugura uma outra etapa da história argentina. Dois aspectos

gerais desse período são fundamentais para o andamento da atual análise: i) a formação das alianças políticas desses governos militares; ii) a transformação social e econômica proposta por esses novos governos.

O primeiro aspecto se torna relevante, uma vez que o governo militar, apesar de não ter sua legitimidade democrática, representou em grande parte os interesses daquelas frações sociais que o apoiaram. Entre frações da população argentina e parte das forças armadas nacional, um terceiro ator é de fundamental relevância para a história do Banco Industrial de la República Argentina (BIRA), que seria criado em 1944, os industriais. Como relata O'Donnell (1977), os empresários industriais argentinos se consolidaram economicamente durante a década de 30, mas não tinham organizações e representantes políticos relevantes. Alguém poderia citar a presença da União Industrial Argentina (UIA), desde o final do século XIX. Mas tal como levanta Schvarzer (1996), essa que é a maior entidade empresarial do país, inclusive nos dias atuais, fundada em 1887, não adotava nesse período uma posição coesa a favor de intervenções governamentais na indústria. A UIA representava principalmente os interesses patronais de um grupo reduzido de grandes empresários ligados aos tradicionais setores agroexportadores do país⁸. No entanto, o golpe de 1943 teve como um de seus apoiadores um grupo de novos industriais, também integrantes da UIA, que defendiam um projeto de industrialização com a participação do governo central. Assim, como nos descreve Jaurégui (2005), esses empresários industriais, na ausência de representação, enxergaram no movimento de 1943, uma oportunidade de ampliar a representação política, fato que possui importantes reflexos na história do BIRA.

Um segundo aspecto importante para a nossa análise do período que se estende entre 1943 e 1955 está relacionado ao projeto econômico/político implementado por tais governos argentinos. Se durante o período anterior, a economia e a atuação estatal estiveram voltadas para a agroexportação, a etapa pós-1943 inaugura um período de intervenção econômica, tendo em vista a industrialização como processo chave para a modernização social da Argentina. É nesse processo e respondendo aos anseios das alianças políticas anteriormente descritas que o governo de Edelmiro Farrell cria em 1944 o Banco de Crédito Industrial Argentino (BCIA), posteriormente rebatizado de Banco Industrial de la República Argentina (BIRA). O novo banco seria responsável pela

⁸Aqui se inserem importantes líderes da UIA como Luis Colombo e José Maria Bustillo.

promoção do desenvolvimento industrial argentino, como autarquia com recursos aportados pelo Governo Nacional (Rougier, 1999).

Um segundo golpe militar inaugura o outro período de nossa análise, batizada pelos próprios protagonistas de “*revolución libertadora*”. Tal movimento trazia novamente líderes militares como os principais atores envolvidos, dessa vez apoiados por setores nacionalistas e católicos, amplamente orientados por um sentimento de antiperonismo, após quase uma década de governo Perón. A etapa pós-1955 é marcada por um clima conflituoso e polarizado na arena política, e por dois momentos na orientação econômica. Até 1958, os governos militares defendiam um receituário liberal, com abertura internacional e austeridade fiscal. Já após 1958, o governo Frondizi, foi eleito defendendo uma agenda desenvolvimentista para a Argentina, período que se estende até 1962. Nessa etapa, atores como os grupos mais conservadores da UIA, assim como as duas partes dissidentes do tradicional partido da Unión Cívica Radical, a *Intransigente* (UCRI), de orientação democrática e industrializante, e a *del Pueblo* (UCRP)⁹, com direção ultraliberal e conservadora, se tornaram importantes arenas para a compreensão dos quadros formados no BIRA.

II - O projeto desenvolvimentista e o BNDE entre os anos Vargas e Kubistchek

Diferente do caso argentino, onde dois golpes militares marcaram momentos bastantes distintos das orientações políticas no país, o caso brasileiro não possui um momento de ruptura política com a mesma intensidade. Pelo contrário, os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubistchek (1956-1961) podem ser considerados como etapas diferentes de um mesmo projeto econômico, tal como nos aponta Leopoldi (1992). Para essa autora, a fase varguista foi marcada pela criação e consolidação de agências estatais, posteriormente, o período de Juscelino Kubistchek é vista como o apogeu do funcionamento e de implementação do projeto econômico nacional. O intuito aqui foi de buscar captar se de alguma forma existiu uma variação no perfil ideacional dos

⁹ O tradicional partido da Unión Cívica Radical (UCR) do então ex-presidente Hipólito Yrigoyen, defensores do Radicalismo, se divide em dois partidos, onde é possível apontar como pontos de cisão o posicionamento em relação ao peronismo, com a UCRP fortemente ancorada no antiperonismo, e na orientação econômica, onde a UCRI defendia os ideais industrializantes do grupo de Frondizi em oposição ao liberalismo da UCRP.

presidentes do BNDE ao longo desses anos, ou se tais perfis consolidaram um ideal econômico por todo o período.

Desde os anos de 1930, o Brasil passava por um longo processo de expansão estatal, onde diversas longínquas agências estatais foram criadas, e por uma orientação industrializante com o objetivo de modernização e diversificação das produções nacionais, como forma de diluir a dependência das bases agroexportadoras (Fausto e Devoto, 2004). Orientado pelo objetivo de formular um receituário para tal projeto, o governo Vargas estabeleceu em conjunto com o governo norte-americano missões de cooperação técnica que visavam, para além da elaboração de um diagnóstico econômico, o apoio econômico dos Estados Unidos¹⁰.

Como resultado desse processo de discussão de um projeto econômico e a viabilização do mesmo, por parte das agências creditícias estrangeiras, que o governo brasileiro aprovou em 1951 a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), orquestrada pelo ministro da fazenda Horácio Lafer, com o objetivo de estabelecer prioridades e projetos setoriais para a utilização de futuros investimentos norte-americanos¹¹. A CMBEU pode ser considerada a raiz do BNDE por dois motivos. Primeiro, porque reuniu técnicos de expressão em pastas do desenvolvimento que mais tarde integrariam a primeira formação dos quadros superiores do banco. Segundo, porque foi a atuação da própria CMBEU que possibilitou a criação do banco, uma vez que foram os projetos criados pela comissão que originou os objetivos e projetos assumidos pela nova instituição. Nesse contexto, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952¹². Assim como no caso argentino, do BIRA, a criação do BNDE também obteve apoio do setor industrial nacional, através de nomes como o do empresário e burocrata Valentim Bouças, assim como os setores mais progressistas das forças armadas brasileiras.

C. Os presidentes de BIRA e BNDE e as estratégias do desenvolvimento

Apresentadas os contextos políticos, as gêneses institucionais e as ideias apresentadas pela revisão histórica do período, agora apresento uma prosopografia dos presidentes

¹⁰ Aqui se inserem as missões Cooke, de 1942, e a Abbink-Bulhões, posteriormente, de 1948.

¹² Somente a partir de 1982, o banco passou a incluir em seu nome a pauta “social”, alterando sua sigla oficial para BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

desses bancos de desenvolvimento e seus perfis ideacionais como forma de obter uma interpretação da atuação dessas instituições de fomento.

I - Os presidentes e a atuação do BIRA nos anos de justicialismo (1944-1955)

O primeiro período analisado se estende entre o ano de criação do BIRA (1944), ainda durante o governo Edelmiro Farrell, até o fim da experiência peronista em 1955. Durante esses anos, o banco foi presidido por 7 indivíduos diferentes. O processo de nomeação do diretório variou durante o período, normalmente mesclando nomes indicados por ministérios, pelo presidente e por membros da UIA. Essa era ao mesmo tempo uma resposta ao apoio de uma parte dessa união industrial, ao mesmo tempo em que o governo buscava fortalecer esse grupo pró-indústria, como bem descreveram Brennan e Rougier (2012).

Na primeira composição do diretório do BIRA é notória a presença de representantes da UIA, que nomeou três dos oito diretores: Aquiles Merlini, Raúl Lamuraglia e Miguel Miranda. Além disso, teve um de seus integrantes nomeado como primeiro presidente da instituição, Ernesto Herbin, engenheiro, empresário e vice-presidente da UIA. No mesmo período, um importante aliado de Herbin seria nomeado para o Banco Hipotecário Nacional, o empresário Rolando Lagomarsino.

O que há de importante ressaltar nessa primeira formação dos quadros superiores do BIRA são as nomeações de indivíduos que apoiavam um projeto mais intenso de expansão industrial. Ernesto Herbin era um nome importante do empresariado da capital, vinculado à indústria têxtil e algodoeira e que, mais tarde, voltaria a presidir a instituição durante os anos de Perón frente a presidência. O nome que sucedeu Herbin e que também ocupou um cargo no diretório, durante a primeira formação, foi o de Miguel Miranda¹³, também empresário industrial. Rein (2008) destaca que Miranda foi o principal mentor e formulador dos pilares básicos do projeto econômico nos primeiros anos do peronismo. Ocuparia ainda, posteriormente o Consejo Nacional de Postguerra e a presidência do Banco Central Argentino. Como relata Vercesi (1996), Miranda era um admirador da teoria keynesiana e defendia um modelo intervencionista, que influenciaria a política econômica do primeiro triênio peronista.

¹³Vercesi (1996) apresentar que Miranda era um ator importante pela sua influência no governo de Perón, mas também como um personagem que despertava admiração por sua trajetória de trabalhador que se tornou um empresário de sucesso e que defendia os fundamentos básicos do justicialismo.

Outro diretor dessa primeira formação, também integrante da UIA, foi Aquiles Merlini, empresário industrial e o terceiro presidente de o BIRA, cargo que assume em 1948. Jaurégui (2005) aponta que Merlini representava, para além da ala progressista da UIA, a indústria metalúrgica que ganhava cada vez mais relevância no sistema político peronista. Junto ao ramo têxtil, de Herbin, a metalurgia era um dos setores com maior volume de empregados no país. Portanto, podemos definir que no período de 1944-1949, os presidentes representavam alianças importantes do governo Farrell e Perón, que representavam setores de geração de emprego, característica que se associa com o fundamento básico do justicialismo, a manutenção de qualidade de vida da classe trabalhadora.

O coronel Juan Domingo Perón se tornou presidente da República em 1946 e intensificou as bases da industrialização que começaram a ser contornadas durante o governo Farrell. O governo peronista buscou implementar uma política agressiva de expansão dos direitos trabalhistas, consolidação dos movimentos sindicais e redistribuição de renda, com elevados graus de protecionismo da economia nacional, que se sustentava no equilíbrio da balança comercial e altos níveis de exportações em tempos de recuperação do período de guerras, na Europa (Ferrer, 1963). No entanto, se nos anos de 1946 a 1949, batizado de triênio expansionista, o equilíbrio econômico possibilitou a política justicialista, o período pós-1949 expôs o esgotamento de tal estratégia, com níveis assustadores de inflação. Nesse contexto, Perón modifica sua equipe econômica, como tentativa de reverter a situação. Nomes como os de Miguel Miranda, Lagomarsino, Herbin e Merlini dão lugar à um grupo de perfil mais técnico, com maior experiência em agências governamentais. Encabeçados por Alfredo Gomez Moralez, novo ministro da economia, nomes como os de Miguel Revestido, Ramón Cereijo e Rodolfo Garelo passam a ocupar posições chaves no aparelho estatal. Este último, como sucessor de Aquiles Merlini, na presidência do BIRA. Garelo era empresário e administrador público, com carreira construída como funcionário do Ministério da Fazenda e no Instituto Misto de Inversões Imobiliárias. Assim como Garelo, os outros três indivíduos que ocuparam a presidência do banco até o fim do governo peronista vinham de ocupações públicas.

Quadro I: Presidentes do Banco Industrial de la República Argentina segundo ocupação anterior (1949-1955)

Presidente	Ocupação	Instituição Anterior
Rodolfo Garelo	Contador	Instituto de Inversões Imobiliárias (IMIM)
Hector Julio Diaz	s/informação	Banco Hipotecário Argentino
Julio Canessa	Engenheiro	Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)
Americo Ditaranto	Contador	Banco Industrial

Fonte: Elaboração própria. Para consultar as fontes biográficas ver apêndices A4, A5, A6 e A7.

O sucessor de Garelo foi Hector Julio Diaz, ex-presidente do Banco Hipotecário Argentino e membro de uma família que tinha laços estreitos com o clã Duarte, da então primeira dama, Eva Duarte Perón. Julio Canessa, seu sucessor, era um conhecido engenheiro, com longa trajetória na Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e especialista em assuntos energéticos. Pela notória carreira técnica e o claro alinhamento ideacional com o projeto peronista, Canessa foi formulador de importantes projetos da área energética¹⁴ e passou a ocupar a presidência do BIRA em 1953. Por fim, o último presidente do BIRA, durante esse primeiro período, foi Américo Ditaranto, contador de carreira pública e que atuava no próprio banco, antes de assumir a presidência.

Dentro dos primeiros cinco anos de atividade o Banco Industrial, a instituição foi presidida por integrantes da UIA, sendo um deles um ator de destaque nos projetos econômicos peronistas, Miguel Miranda. Ainda, nessa fase de consolidação do justicialismo, esses indivíduos apoiavam o projeto industrial justicialista que se mostrava coeso com seus objetivos econômicos. O modelo representativo foi modificado em 1949 num cenário de sinais de esgotamento do “*projeto expansionista*” peronista. Para os presidentes dessa segunda fase não existem relatos sobre as ideias e posição política de dois deles. Talvez essa ausência se justifica pela trajetória desses, de menor teor/destaque político em comparação a escolha dos três primeiros. Homens de perfil mais técnico e de trajetória pública passaram a liderar o banco.

Quadro II: Presidentes do Banco Industrial segundo perfil ideacional (1944-1955)

¹⁴ Entre elas o planejamento da Destilatoria de la Plata, primeira planta de produção de gás líquido na Argentina.

Presidentes	Anos na Presidência	Orientação Ideacional
Ernesto Herbin	1944-1945	Justicialista
Miguel Miranda	1945-1946	Justicialista
Ernesto Herbin	1946-1948	Justicialista
Aquiles Merlini	1948-1949	Justicialista
Rodolfo Garello	1949-1952	s/informação
Hector Diaz	1952-1953	Justicialista
Julio Canessa	1953-1954	Justicialista
Americo Ditaranto	1954-1955	s/informação

Fonte: Elaboração própria. Ver apêndices A1-A7.

Apesar da primeira carta orgânica do BIRA anunciar os objetivos da instituição ser a principal fornecedora de créditos a longo prazo para o setor industrial, modalidade vista como propícia para a o desenvolvimento sólido do setor, o banco atuou numa lógica quase comercial, onde se prevaleceu os créditos à prazos menores (Rougier, 2001). Os principais setores beneficiados no período foram aqueles que integram o ramo da indústria leve, onde se prevalecia o têxtil e o de alimentos e bebidas. Estes vistos como setores chaves para a manutenção do equilíbrio da balança comercial e dos níveis de emprego da população. Portanto, era pouco claro o projeto industrial a longo prazo defendido pela instituição. O discurso de suas autoridades apontavam para o objetivo de fomentar as indústrias de pequeno e médio porte, vistas como desamparadas nos anos anteriores, situação que na visão dos dirigentes do BIRA era fonte de desigualdade de condições no país.¹⁵ Outros setores estimulados pelo BIRA foram os de maquinaria e metalurgia, encarados como relevantes para a indústria militar e como fonte de modernização dos primeiros setores citados.

A grande alteração trazida a partir de 1949, com a mudança das autoridades econômicas do governo Perón, foi uma política creditícia mais seletiva e de “consolidação da indústria argentina”, ainda nascente. O segundo plano quinquenal manteve os objetivos básicos do justicialismo, mas admitia a necessidade de maior controle da atuação

¹⁵ Para maiores detalhes sobre a política creditícia do BIRA, ver Rougier (2001) e Tokumoto (2018).

creditícia do banco, num contexto de escassez de recursos e da quase ausência de créditos estrangeiros.

II - O BIRA no contexto liberal e desenvolvimentista (1955-1962)

O golpe de 1955, que depôs o governo de Juan Domingo Perón, batizado por seus próprios protagonistas como “*revolución libertadora*”, proclamava a libertação em relação ao câncer do peronismo/justicialismo, na visão de seus próprios atores. Nesse clima de intensa polarização política, o governo de Pedro Aramburu (1955-1958) promoveu uma completa reforma administrativa com alterações em todos os níveis das instituições públicas. No caso do BIRA, a nomeação do novo presidente é emblemática, demonstrando as intenções do governo de promover uma ruptura política. Raúl Lamuraglia, o sucessor de Américo Ditarando no BIRA, havia sido diretor em 1944, como representante da ala conservadora da UIA. Como opositor ativo do governo peronista, havia sido exilado do país e retornou apenas com a deposição de Perón. Lamuraglia era empresário e um defensor ativo do liberalismo e do agronegócio, e rivalizou com o grupo de Miguel Miranda na UIA, conflito que se estendeu ao diretório do BIRA em 1944. Sua chegada, em 1955, foi acompanhada por uma substituição completa do diretório do banco.

Nos anos seguintes, a Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP), liderada por Crisólogo Larralde, um defensor da total aniquilação dos direitos políticos do peronismo, esteve representada na presidência do BIRA. Assim, quem sucede Lamuraglia é Alfredo Seeber, engenheiro vinculado ao grupo do Ministro da Fazenda, Eugenio Blanco, de orientação também liberal.

Com as eleições de 1957, quem se sai vitoriosa é a UCRI, ala da tradicional UCR que buscava o restabelecimento da democracia no país. O novo presidente eleito, Arturo Frondizi, defendia um projeto desenvolvimentista para o país e, assim como seus predecessores militares, procurava rapidamente abrir a economia nacional, numa tentativa de atrair o investimento estrangeiro. Política quase inversa da visão econômica autonomista dos governos justicialistas. Nesse contexto, o governo Frondizi nomeia o advogado Rogelio Galarce, vinculado à UCRI, para a presidência do banco. Esse é o único presidente do BIRA vinculado aos grupos desenvolvimentistas na Argentina. Dos 5 personagens que ocuparam o posto mais alto do banco, 4 eram liberais. O motivo do

predomínio liberal no BIRA pode estar relacionado com o Ministério da Fazenda, onde economistas liberais também ocuparam a pasta durante o governo de Frondizi. Esse fato curioso pode estar associado à dois fatores. Um primeiro era a grande crise inflacionária e o desequilíbrio da balança comercial que foram herdados pelos governos anteriores. Nesse sentido, uma estratégia viável era a busca pela austeridade e pela abertura econômica, como forma de reequilibrar a balança comercial. Um segundo aspecto era a tentativa do governo Frondizi de seguir as orientações e regras fiscais de órgãos internacionais, como o Eximbank, o Banco Mundial e o FMI, numa tentativa de obter créditos estrangeiros. O fato é que Ricardo Pasman¹⁶ e Juan Larrechea, os dois últimos presidentes do BIRA no governo Frondizi eram liberais. O primeiro era um importante aliado de José Maria Guido, ministro de orientação liberal ortodoxa. O segundo era um representante patricio, ex-interventor federal da província de Córdoba, fortemente amparado pelas forças conservadoras argentinas.

Quadro III: Presidentes do Banco Industrial segundo perfil ideacional (1955-1962)

Presidente	Mandato	Ideologia Econômica
Raúl Lamuraglia	1955-1956	Liberal
Alfredo Seeber	1956-1957	Liberal
Rogelio Galarce	1958 ¹⁷ -1959	Desenvolvimentista
Ricardo Pasman	1959-1961	Liberal
Juan Larrechea	1961-1962	Liberal

Fonte: elaboração própria, ver apêndices A8-A12.

As mudanças de autoridades e de orientação ideacional no banco resultaram em duas grandes modificações. O banco passou receber créditos estrangeiros de agências como o Eximbank e o CreditLyonnais, a partir de 1959 (BIRA, 1960). Não por acaso, as operações do banco que em 1959 totalizaram aproximadamente 9 bilhões de pesos argentinos, passaram para aproximadamente 15 bilhões no ano de 1960. A segunda alteração em relação ao período anterior se deu em busca de maior eficiência da atuação

¹⁶ Seria presidente do Banco Central nos anos de José Maria Guido no Ministério da Fazenda.

¹⁷ Durante o os primeiros meses do ano de 1958, o Banco Industrial foi presidido interinamente por Juan Scarimbolo.

do banco. Nesse sentido, o banco reduziu as operações na modalidade de “substituição de credores”, por exemplo.

Porém, apesar das reformas nos quadros superiores e da presença de presidentes com perfil ideacional predominantemente liberal, o BIRA não apresentou grandes alterações no que diz respeito aos setores beneficiados. A maior alteração se deu no setor energético, que recebeu uma quantia duplicada dos créditos concedidos, passando da média de 3% do total no período peronista para 7,6% nos anos de Frondizi¹⁸. Apesar disso, a distribuição de créditos pareciam obedecer a demanda do mercado. Rougier (2001) ressalta que a ausência de projetos industriais a longo prazo caracterizou os governos peronistas e se manteve durante os governos liberais e desenvolvimentistas. Entre outros fatores, vimos que o BIRA se manteve sendo presidido por grupos de orientação liberal. Ainda, o projeto desenvolvimentista argentino assumia como principal objetivo a criação de condições para atrair o capital estrangeiro, como uma espécie de “gargalo” para o desenvolvimento nacional, tendo em vista a insuficiência das indústrias de base e de infraestrutura (Romero, 2006).

Como ressaltam Perissinotto, Costa, Nunes e Ilha (2014) a falta de condições para a implementação de um projeto desenvolvimentista foi um fator importante para entender a tímida experiência do governo Frondizi. Entre essas condições está a ausência de instituições e de um corpo burocrático estável e experiente. Junta-se a isso a escassez de técnicos orientados pelo desenvolvimentismo argentino. Segundo Bascur (2017) essa corrente ideacional era vista, na Argentina, como uma espécie de personalismo baseado nas figuras de Frigerio e Frondizi e que tinha apenas um pequeno grupo de seguidores na já citada UCRI e no Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE).

III - O BNDE nos anos de Vargas/Café Filho: o protagonismo dos técnicos e a disputa entre nacionalistas e cosmopolitas (1952-1955)

Como já apresentado, o BNDE possui sua gênese institucional na CMBEU, comissão organizada para formular projetos e viabilizar um acordo de cooperação econômica junto às agências financiadoras dos Estados Unidos. Dado os sinais positivos e os objetivos

¹⁸ Dados sobre a política creditícia de BIRA e BNDE no período estão em Tokumoto (2018).

traçados pelo Plano Reparcelamento Econômico¹⁹, o governo Vargas cria, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Na época, o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, preocupado em construir um arranjo favorável em relação aos humores norte-americanos, sugeriu para a primeira diretoria indivíduos que aceitavam a participação do capital estrangeiro no projeto econômico. Vargas acatou parte das sugestões e nomeou o engenheiro Ari Frederico Torres como primeiro presidente da nova instituição. Torres era um importante engenheiro civil, antigo membro da Coordenação de Mobilização Econômica, que possuía, como vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), boas relações com importantes grupos econômicos paulistas. Além disso, o engenheiro era uma figura de prestígio técnico, como engenheiro especialista na área de construção civil, como pesquisador e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e presidente fundador da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essa aliás era característica marcante dos técnicos da CMBEU: o prestígio técnico em áreas vistas como primordiais ao desenvolvimento. Num período onde era escassa no Brasil a expertise em muitas dessas áreas de conhecimento, o governo Vargas procurou reunir na CMBEU um corpo qualificado, liderado pelo engenheiro Ari Torres, que também presidia a comissão. Junto aos membros da CMBEU, representantes da ala cosmopolita do desenvolvimentismo brasileiro, Vargas nomeou José S. Maciel Filho para a superintendência, um representante da ala nacionalista e que contava com sua confiança pessoal.

A tentativa de reunir representantes de dois grupos do desenvolvimentismo resultou em atritos no interior da diretoria do BNDE (BNDE, 2008). Em junho de 1953, Ari Torres abdica de sua posição como presidente do banco e, no mês seguinte, foi a vez dos diretores Roberto Campos e Glycon de Paiva, que entre os técnicos da CMBEU eram os mais ativos defensores de um projeto cosmopolita. Num clima de instabilidade política pelo qual passava o país, Vargas nomeia Valder de Lima Sarmanho, seu cunhado e cônsul-geral brasileiro nos EUA para a presidência do banco. Sarmanho era um conselheiro pessoal de Vargas e defensor do desenvolvimentismo nacionalista. A

¹⁹ O Plano também conhecido por Plano Lafer contou com a assistência e o aval de Lucas Lopes, Roberto Campos e Glycon de Paiva (BNDE, 2008).

indicação desse personagem é apenas um dos exemplos de uma “virada nacionalista” do segundo governo Vargas a partir de 1953²⁰.

Com o falecimento de Getúlio Vargas, o novo governo interino, de Café Filho, sob liderança nos assuntos econômicos do liberal Eugênio Gudin, adota medidas liberais de estabilização econômica. Dentro do BNDE, aqueles técnicos da ala cosmopolita que haviam abandonado a instituição retornam em 1955, com Glycon de Paiva ocupando a presidência e Roberto Campos na superintendência. Paiva era um engenheiro especialista em mineralogia e ex-diretor da Vale do Rio Doce. Ambos os nomes viam nas últimas medidas de Vargas, de cunho nacionalista um empecilho ao planejamento e atuação do BNDE. Como relata Tavares (BNDE, 2008), ambos lideravam o grupo cosmopolita em oposição ao nacionalismo de técnicos como a própria Maria Conceição Tavares, Cleantho de Paiva e Ewaldo Correia Lima, também integrantes dos quadros superiores do banco.

Quadro IV: Presidentes do BNDE segundo ideologia econômica (1952-1955)

Presidente	Profissão	Ideologia Econômica
Ari Torres	Engenheiro Civil	Des. Cosmopolita
Valder Sarmanho	Diplomata	Des. Nacionalista
Glycon de Paiva	Engenheiro de Minas	Des. Cosmopolita

Fonte: Elaboração própria, dados nos apêndices B1, B2 e B3

No que diz respeito à atuação do BNDE, durante essa primeira etapa, o banco herdou os diagnósticos produzidos pela CMBEU. Esse relatório definia quatro problemas sínteses da economia brasileira que seriam entraves para o desenvolvimento nacional: i) a existência de pontos de estrangulamento, como eram a insuficiência do setor energético, de transportes e de estocagem e armazenagem; ii) a insuficiência de bens básicos para a indústria, devido à escassez da produção primária e manufatureira; iii) falta de integração do mercado interno, que contribui para os dois primeiros problemas; iv) concentração da

²⁰ Autores destacam a criação da Petrobrás, a reforma cambial de 1953 e a ainda maior aproximação de Vargas com seus conselheiros oficiais como fatos que marcam a “virada nacionalista” desse ano (LOPES, 1991; BNDE, 2008).

produção industrial nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (BNDE, 2008). Dessas quatro matrizes, principalmente as duas primeiras foram norteadoras da atuação do banco ao longo de todo o período analisado no presente trabalho.

O BNDE durante esse primeiro quadriênio concentrou 46% de seus recursos no setor de transportes e 37% no setor energético, ambos relacionados com os problemas diagnosticados pela CMBEU. Em terceiro, aparecia o setor das indústrias de base que absorveram 29% dos recursos. Mesmo com as disputas entre nacionalistas e cosmopolitas, a política creditícia do banco se manteve estável e fiel à tese dos pontos de estrangulamento da economia nacional.

O BNDE nos anos de JK: o plano de metas e o apogeu do desenvolvimentismo

Juscelino Kubitschek assume a presidência da república em 1956, defendendo como missão principal os ideais desenvolvimentistas, sintetizados no célebre slogan “50 anos em 5”. No BNDE, Lucas Lopes é nomeado a presidência, uma indicação um tanto quanto previsível por dois motivos. Primeiro, Lopes era um engenheiro civil, especialista em energia elétrica, e que também foi membro do corpo técnico da CMBEU. Como relatam Gatto, Faro e Almeida (2008), Lopes era parte de um grupo de técnicos importantes de Minas Gerais que se reuniram na Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada para a formulação de projetos para o desenvolvimento econômico local, alcunhados na época por “programáticos”²¹. Segundo, Lucas Lopes por esses trabalhos desempenhados em Minas Gerais, o engenheiro e se tornara pessoa próxima ao então governador, o próprio JK.

Mais tarde, Lopes seria nomeado Ministro da Fazenda e foi sucedido no BNDE pelo economista Roberto Campos²². Campos era um economista, pós-graduado em economia pela universidade de Washington, com carreira construída no serviço diplomático nos EUA. Foi o responsável por assuntos econômicos da CMBEU, diretor na data de fundação do BNDE e, para muitos analistas, foi a figura mais importante do banco nessa primeira década de atividades. Ainda em 1953, quando era diretor, o economista foi o principal responsável pela criação do Grupo Misto Cepal-BNDE (1953-1955), um

²¹ Grupo que ganharia notoriedade pelos trabalhos desenvolvidos no interior da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), durante o governo estadual de JK.

²² Talvez, o leitor se lembre da figura de Roberto Campos como defensor do liberalismo econômico, mas essa seria uma posição ideológica posterior à suas funções exercidas no BNDE.

importante pilar teórico do planejamento econômico desenvolvimentista brasileiro, em parceria com Raúl Prebisch e Celso Furtado. Além disso, atribui-se a Roberto Campos a modernização dos critérios de recrutamento do BNDE, via concurso público (BNDE, 2008).

Tanto Lucas Lopes, quanto Roberto Campos, eram desenvolvimentistas cosmopolitas que permaneceriam no governo JK até 1959. Nesse ano, o governo brasileiro, ao recusar parte das exigências impostas pelo FMI para a concessão de financiamentos, anunciou o rompimento com o fundo o que gerou uma onda de descontentamentos por parte daqueles cosmopolitas que integravam o governo. Foi nesse contexto que Roberto Campos foi substituído pelo almirante Lúcio Meira.

Diferente de todos aqueles que presidiram o BNDE, Lúcio Meira vinha da carreira militar. Formado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia, Meira foi o representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), criada ainda nos anos de Vargas, e Ministro de Viação e Obras Públicas. Segundo depoimento de Maria Conceição Tavares (BNDE, 2008), o almirante foi o mentor dos grupos executivos de trabalho e “pai da indústria automobilística brasileira”. A fala de Tavares se refere aos serviços de Meira desde os tempos da CDI, quando presidia a subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, já que desse período surge os primeiros projetos de indústria automobilística que, mais tarde, seriam retomados pelo Plano de Metas e os grupos executivos. Lúcio Meira permaneceria no BNDE até fevereiro de 1961, quando Jânio Quadros se torna o novo presidente da república²³.

Quadro V: Presidentes do BNDE durante os anos de JK segundo ideologia econômica

Presidente	Profissão de Formação	Ideologia Econômica
Lucas Lopes	Engenheiro Civil	Des. Cosmopolita
Roberto Campos	Economista	Des. Cosmopolita
Lúcio Meira	Engenheiro Civil	Des. Nacionalista

Fonte: Elaboração própria, apêndices B4, B5 e B6

²³ Presidiram o BNDE, até o golpe militar de 1964, José Vicente Faria Lima e Leocádio de Almeida Antunes.

A presente sessão compreende o governo de Juscelino Kubistchek e a atuação do BNDE no contexto do Plano de Metas, projeto que sistematizava a política econômica desse governo através de 30 metas para o desenvolvimento da nação em ao longo desses 5 anos²⁴. Tais metas foram divididas em cinco setores: Energia; Transportes; Alimentação; Indústrias de Base e Educação²⁵. Além disso, havia uma chamada “meta-síntese” que era a construção de uma nova capital, a cidade de Brasília.

De acordo com diversos relatos dos próprios técnicos do BNDE, o Plano de Metas teve como “cozinha” o próprio banco (BNDE, 2008, p. 48). Juscelino, que já via com bons olhos o projeto econômico do governo Vargas, propôs um plano que pode ser considerado uma continuação dos objetivos traçados anos anteriores. Além disso, o BNDE foi ator central no financiamento e na gestão dos fundos arrecadados para a execução do plano.

O desenvolvimentismo continuou sendo representado na presidência do BNDE e a coesão do Plano de Metas com os projetos traçados no governo Vargas refletem a manutenção da política creditícia do banco. Os setores de energia (38%), transportes (30%) e indústrias de base (29%) receberam quase a totalidade dos créditos concedidos pelo BNDE durante o período. Em tais anos, batizados por Leopoldi (1992) como apogeu institucional (1956-1961), o PIB brasileiro cresceu numa média anual de 8,2% e praticamente duplicou suas cifras, se compararmos o PIB de 1952 à 1962.

4. Conclusões Prévias

Durante a presente análise, é relevante destacar que o trabalho não assume a intensão explicar o progresso ou a estagnação econômica de Brasil e Argentina. A intenção assumida foi de buscar identificar as ideias econômicas dos presidentes desses bancos de

²⁴ O mandato de Kubistchek se encerrou oficialmente no dia 31 de Janeiro de 1961, contudo, a presente análise se baseia nos dados até Dezembro de 1960, devido a inviabilidade de se obter todos os dados discriminados por meses.

²⁵ O setor de Energia representava 5 metas: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo e refinação de petróleo. No setor de transporte haviam 7 metas: aparelhamento de ferrovias; construção de ferrovias; pavimentação de rodovias; construção de rodovias; portos e dragagem; marinha mercante; e transporte aeroviário. O ramo de alimentação, 6 metas: agrícola; armazéns e silos; armazéns e frigoríficos; matadouros industriais; mecanização agrícola; e fertilizantes. A indústria de base seria o setor de maior representação com 11 metas: siderurgia; alumínio; metais não ferrosos; cimento; álcalis; papel e celulose; borracha; exportação de minério; automobilística; naval e mecânica de materiais pesados. Finalmente, havia uma meta para a educação, para a formação de pessoal.

desenvolvimento e interpretar o contexto econômico dessas nações e das atuações dessas instituições sob as luzes do aspecto ideacional.

Diante do nosso problema central, as ideias econômicas, foi possível constatar que o BIRA foi presidido por indivíduos alinhados ao justicialismo, durante o período de 1944-1955, onde 6 dos 8 presidentes foram classificados como tal. No período pós golpe militar de 1955, o banco teve 4 indivíduos liberais e 1 desenvolvimentista. No caso brasileiro, todos os 6 presidentes eram desenvolvimentistas, com 4 representantes da ala cosmopolita e 2 da ala nacionalista.

Dada a descrição contextual e a síntese histórica das atuações dessas instituições e dos objetivos traçados, é possível dividir a presente conclusão em três aspectos. Uma primeira contribuição diz respeito a estabilidade das ideias. Assim, a tese da instabilidade política argentina, essa vista como fator relevante para explicar os ciclos de *stop and go* da economia nacional, pode ser reforçada pela presente análise, uma vez que os ciclos inaugurados pelo golpe militar de 1955 representa uma verdadeira ruptura, tendo em vista o perfil ideacional dos presidentes do BIRA. Pelo contrário, no caso brasileiro, o BNDE teve presidentes de orientação semelhante, o desenvolvimentismo. Assim, indivíduos desenvolvimentistas nacionalistas assumiram a presidência do banco em momentos de instabilidade política, como foram os casos de Valder Sarmanho e Lúcio Meira²⁶.

Uma segunda contribuição se refere à coesão dessa elite dirigente com a orientação ideacional dos governos. No caso brasileiro, a prosopografia ideacional confirmou o que se espera, com personagens alinhados ao desenvolvimentismo e aos projetos traçados na esfera governamental. Já na Argentina, isso ocorre apenas num primeiro momento, já que durante o governo Frondizi o BIRA teve como presidentes indivíduos de orientação liberal. Ainda, o trabalho procurou levantar algumas justificativas orientadas historicamente para compreender esse recrutamento, mas ainda de forma hipotética.

Por fim, o aspecto teórico ao qual o trabalho foi orientado nos leva a levantar considerações quanto ao sucesso ou insucesso da política econômica. Analisar as ideias

²⁶ Sobre esse ponto me permito levantar uma hipótese. A tese de insulamento burocrático, ao menos no que diz respeito à esse período, parece ter relação com a natureza institucional do BNDE, como reunião de técnicos renomados num contexto de “escassez de experts”. Esses indivíduos colheram frutos e ganharam autonomia em suas decisões devido aos seus prestígios técnicos.

econômicas inseridas no contexto de industrialização desses bancos nos permite revelar que a expansão industrial assume significados diferentes, tendo em vista os diferentes valores defendidos por essas ideias. No caso do justicialismo e dos seus respectivos dirigentes, a indústria era vista como fonte viável para a justiça social. Nesse sentido, o BIRA defendia uma industrialização horizontalizada, com o fomento de pequenas e médias empresas de setores que sustentavam uma vasta gama de empregos no país. Além disso, estava ausente um amplo projeto para a expansão industrial a longo prazo. Já na fase liberal e desenvolvimentista, o banco argentino proclamou pela abertura internacional e pela eficiência de sua atuação, mas pouco alterou os setores beneficiados.

No caso brasileiro, o receituário desenvolvimentista estava presente desde a gênese institucional da BNDE, na reunião da CMBEU. Os ideais de planejamento a longo prazo de modernização e expansão do parque industrial brasileiro, com um diagnóstico detalhado dos empecilhos ao desenvolvimento e das causas do nosso atraso nortearam a atuação do BNDE. Ou seja, no sentido teórico, ideias atuam na delimitação de problemas e na formulação de alternativas. Para a os desenvolvimentistas brasileiros do BNDE, a indústria era um fim em si mesmo e isso prevaleceu durante ambos os períodos analisados. Para os justicialistas a industrialização não era nada além da via para obtenção dos direitos do trabalho e da manutenção de empregos. Para os liberais, o papel estatal se altera, uma vez que a indústria crescerá como resultado natural do desenvolvimento econômico argentino, delegando ao banco um papel secundário de manutenção do equilíbrio econômico nacional.

Referências Bibliográficas

BÉLAND, D., & COX, R. H. (2011). Ideas and Politics in Social Science Research.

BELINI, C. (2006), "El grupo Bunge y la política económica del primer peronismo, 1943-1952. CONICET, UBA, Latin American Review; 41.

BIELSCHOWSKY, R., (1995). "Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo". Contraponto.

BRENNAN, J. P., ROUGIER, M., (2009). "The politics of national capitalism: Peronism and the Argentine bourgeoisie". 1946-1976. Penn State Press, 2009.

FAUSTO, Boris. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada, 1850-2002. Editora 34, 2004.

FFRENCH-DAVIS, R., MUÑOZ, O., & PALMA, J. G. (1997). Las economías latinoamericanas, 1950-1990. Bethell, Leslie Historia de América Latina. Economía y sociedad desde, 11, 83-161.

FINNEMORE, M., & SIKKINK, K. (1998). International norm dynamics and political change. International organization, 52(4), 887-917.

FONSECA, P. D., (2013). "Trajetorias de Brasil e Argentina"

GERCHUNOFF, P., & LLACH, L. G. (2007). El ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas (No. 338.98)

GERMANI, G., (1973). "El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos", Desarrollo Económico.

HECLO, H., (1974). "Modern Social Politics in Britain and Sweden: from relief to income maintenance" H. Hecló, ed., New Haven and London: Yale University Press.

HEINZ, F., CODATO, A. N., (2015). "A prosopografía explicada para cientistas políticos". In R. Perissinotto & A. Codato, eds. Como estudar elites. Curitiba: Editora UFPR, p. 249-275.

JÁUREGUI, A. (2005). ¿ Industria sustitutiva o sustitución de industriales? Los empresarios argentinos y el peronismo (1945-1955). Revista de Sociología e Política, (25), 139.

KATZ, Jorge; KOSACOFF, Bernardo. (1989) El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva.

LEOPOLDI, M. A. P. (1992). Burocracia, empresariado e arenas decisórias estratégicas: trajetórias do neocorporativismo no Brasil (1939-1955). Ciências sociais hoje, 74-101.

LIMA, H. F., (1976). "História do pensamento econômico no Brasil". Companhia Editora Nacional, 1976

LIPSET, S. M., (1960). "Political man: the social bases of politics". New York, Doubleday, 1960.

LOPEZ e ROUGIER. (2011) "La banca de desarrollo en América Latina: Luces y sombras en la industrialización de la región". Fondo de Cultura Económica.

MARTINS, L., (1985). "Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64." RAE-Revista de Administração de Empresas 26.2.

O'Donnell (1977),

PERISSINOTTO, R., et al; (2014). "Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)." Revista de Economia Política 34.3.

REIN, R., (2008). "Los hombres detrás del Hombre: la segunda línea de liderazgo peronista". Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 10, no 19.

ROMERO, J. L., (1981). "Las ideas políticas en Argentina."

ROUGIER, M. N. (1999). La acción del Banco de Crédito Industrial Argentino en la etapa preperonista (1944-1946) (Doctoral dissertation, Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de Buenos Aires).

ROUGIER, M., (2001). "Credito e indústria en tiempos de Perón, 1944-1955". Revista de Historia Industrial.

ROUGIER, M., (2008). "La banca de desarrollo en América Latina: Luces y sombras en la industrialización de la región". Fondo de Cultura Económica.

ROUGIER, M.; (2012). "La economía del Peronismo: Una perspectiva histórica". Sudamericana.

SCHVARZER, J. (1982), El Banco Nacional de Desarrollo y el desarrollo tecnológico en la Argentina, Buenos Aires, CISEA.

SEGUIN, L., (1967). "El credito industrial en la República Argentina", Tesis para optar al doctorado en Ciencias Economicas, Facultad de Ciencias Economicas, UBA, Buenos Aires.

SIKKINK, K., (1991). “Ideas and Institutions. Developmentalism in Brazil and Argentina”. Ithaca: Cornell University Press.

TOKUMOTO, A. (2018) “Ideologia econômica e política creditícia: o caso dos presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco Industrial de la República Argentina (BIRA) (1944-1962)”, dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba.

VERCESI, A. J. (1996). Influencia del pensamiento keynesiano en la politicaeconomica argentina (1933-1955).

WALKER, S. G. (1990)The evolution of operational code analysis. Political Psychology, p. 403-418.

WEBER, M., (1981). “The Social Psychology of World Religions”. In H. H. Gerth& C. W. Mills, eds. From Max Weber. Essays in Sociology. Oxford: Oxford University Press, p. 267–301.

Outras Fontes de Dados

CSMP – Consejo Superior del Movimiento Peronista (17.10.1950), Las 20 Verdades del Justicialismo.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, DHBB. Consulta: 2016-2017

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: verbetes – consulta 2016

Memoria Anual, 1959, Banco Central de la República Argentina.

Memoria y Balance, Banco Industrial de la Republica Argentina, 1944-1962.

Memoria y Balance, Banco Industrial de la Republica Argentina, 1944-1962.

Memórias institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento, em BNDES, Memórias do Desenvolvimento 1-4, 2007, 2009 e 2010

Memórias institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento, em BNDES, Memórias do Desenvolvimento 1-4, 2007, 2009 e 2010.

Apêndices A: Os presidentes do Banco Industrial de la Republica Argentina

Apêndice A1

Nome: Ernesto Herbin

Mandato: 1944-1945 e 1946-1948

Perfil ideológico: Justicialismo

Setor de Origem: Privado

O governo de Edelmiro Farrell escolheu, como primeiro presidente do Banco Industrial, o empresário Ernesto Jorge Luis Herbin. Nascido em Buenos Aires em 1895, Herbin vinha de uma importante família empresarial do país. Sua nomeação para ocupar, em 1944, o posto mais alto do banco de fomento argentino, possui significados políticos importantes no contexto em que o episódio se insere. Como nos relatam Brennan e Rougier (2009), Herbin era representante da ala não-tradicionalista da Unión Industrial Argentina (UIA), ligada aos interesses da diversificação industrial e que se opuseram aos setores vistos como tradicionais. Estes últimos vinculados às bases mais consolidadas da economia argentina, como eram os setores agropecuários e das indústrias que deles se desenvolviam. Apesar de ser velho integrante da UIA, Herbin fazia parte de uma ala “reconvertida” ao capitalismo nacionalista e sua nomeação significava à essa altura a ascensão de um novo grupo de industriais e o apoio do governo militar ao desenvolvimento de novas bases para economia nacional. Esta tendência seria consolidada nos anos que se seguiram à criação do Banco Industrial.

Em seus dados biográficos, Ernesto Herbin é classificado como “Empresário” e engenheiro industrial. Sua trajetória profissional se construiu basicamente através da atuação empresarial e por funções de representação pública. No primeiro, se destacam suas atuações nos negócios ligados à indústria algodoeira e nos negócios familiares como a Herbin Industrial y comercial e Herbin inmobiliaria y financiera, além de outras

instituições. O industrial também foi membro da já citada Unión Industrial Argentina (UIA), onde foi vice-presidente.

Na trajetória pública, praticamente desempenhou funções representativas como no *Tribunal de Clasificaciones de la Aduana*, do *Instituto de Enseñanza profesional de las industrias textiles*, de assessor nos tratados industriais com os governos ingleses em 1933 (Bellini, 1998), a de delegado na confederação internacional de Genebra (1938), nas comissões nacionais da União Aduaneira com o Chile e Paraguai (1943). Além disso trabalhou no Banco de la Nación Argentina antes de assumir a presidência do Banco Industrial.

Herbin foi um importante empresário argentino desse período e exerceu, desde a queda do regime democrático em 30, funções públicas relevantes no cenário econômico. Ideologicamente, seus vínculos políticos aos industriais reconvertidos da UIA e suas nomeações para cargos estatais tendem a confirmar a orientação nacional-capitalista do empresário. No seguinte discurso, proferido no Instituto de Estudios y Conferencias Industriales, não nos restam dúvidas sobre sua orientação ideológica pró-peronismo:

Ese gobierno considera que la existencia del banco será de gran utilidad para las pequeñas empresas, que siempre se han encontrado en inferioridad de condiciones para obtener capitales a medianos o largos plazos. Estos pequeños establecimientos industriales son también una parte esencial de nuestra economía, una fuente importante de empleo y de producción, que no debemos olvidar al estudiar las soluciones tendientes a conservar un alto nivel de ocupación y de renta después de la guerra. (Herbin, BIRA, 1944)

Apêndice A2

Nome: Miguel Miranda

Mandato: 1945-1946

Perfil ideológico: Justicialista

Setor de Origem: Privado

Com a saída de Ernesto Herbin da presidência do Banco Industrial, o então presidente da república, Edelmiro Farrell, nomeia um dos diretores do banco e um de seus importantes aliados políticos à liderança da instituição, Miguel Miranda, industrial alinhado ao mesmo grupo de Herbin na UIA.

Natural de Buenos Aires, Miranda era filho de imigrantes espanhóis e desde muito cedo trabalhou no comércio para ajudar o sustento de sua família. Quando ainda trabalhava em uma casa de cereais Bunge y Born, avistou no cenário de substituição de importações uma oportunidade, abandonou seu posto e abriu sua própria fábrica de funilaria. Esse era o começo de uma trajetória bem sucedida no comércio e na indústria Argentina. O caminho como empresário industrial esteve sempre acompanhado à sua atuação dentro da tradicional UIA. No entanto, no interior dessa organização, Miguel Miranda formou junto à pessoas como Rolando Lagomarsino e Ernesto Herbin uma nova ala pró-indústria que se tornaria um importante grupo entre os aliados à Perón e o seu projeto industrial.

Não existem informações sobre algum tipo de formação acadêmica por parte de Miranda. Sua trajetória e notoriedade, como relata Rein (2008), esteve sempre associada à de um empresário que, mesmo passando dificuldades no início da vida, alcançou o sucesso em sua carreira. Mais importante do que tudo isso, Rein apresenta Miranda como um dos importantes atores no processo de fortalecimento das bases políticas de Perón, uma vez que o empresário seria o porta-voz de um novo grupo de industriais de apoio à proposta renovadora do justicialismo.

Além de ser um aliado político importante, Miguel Miranda desempenhou funções de primeira importância nos anos de governo militar e peronista. Sua primeira função foi a de membro do Consejo Nacional de Postguerra (1944), presidente do Banco Industrial (1945) e Primeiro Secretário do governo peronista, a partir de 1946. À essa altura,

Miranda era a pessoa mais influente na formulação da política econômica nacional, acumulando as funções de presidente do Banco Central e do IAPI. O empresário, junto à Lagomarsino, então Ministro da Indústria y Comercio, e um outro notável do mundo empresarial, José B. Gelbard, foi um dos responsáveis pela criação da Asociación Argentina Para la Industria y el Comercio (AAPIC), em 1946, organização criada para rivalizar com a tradicional UIA, ao qual esses se desvincularam politicamente (Rougier e Brennan, 2009).

A classificação ideológica de Miguel Miranda é uma etapa que exige algumas considerações. Primeiro, como já salientado antes, é que Miranda, assim como é possível afirmar sobre Herbin, foram personagens presentes num período onde o justicialismo ainda estava em processo de formulação, tanto no plano ideológico quanto no processo de construção dos alicerces políticos dos grupos que seriam aliados ao governo peronista. Como nos revela, Vercesi (1996), Miranda foi amplamente influenciado por ideais keynesianos e sua própria ideologia política se confunde com o que, mais tarde, conheceríamos por justicialismo ou peronismo, ao menos no quesito econômico dessa ideologia.

Sobre sua trajetória prévia ao Banco Industrial, é possível afirmar que foi amplamente construída no contexto de indústria privada. Sua atuação antes de assumir a presidência, se resume ao Consejo Nacional de Postguerra e à direção do mesmo banco. A saída de Miranda dessa posição se deu devido à sua nomeação para ocupar a presidência do Banco Central da Argentina em 1946, num contexto de nacionalização dessa instituição.

Apêndice A3

Nome: Aquiles Merlini

Mandato: 1948

Perfil Ideacional: Justicialista

Setor de Origem: Privado

O terceiro indivíduo a se tornar presidente do Banco Industrial foi Aquiles Merlini, importante empresário industrial do ramo metalúrgico e, assim como seus antecessores, ex-membro da UIA e dirigente da associação metalúrgica. A ascensão desse personagem para acumular as funções de diretor do Banco Central e a presidência do Banco Industrial, a partir de 1948, possui um significado político importante. Como afirma Jaurégui (2005), a troca de Herbin por Merlini simboliza o crescimento dos metalúrgicos sobre os líderes da indústria têxtil entre os aliados do governo peronista.

Antes disso, Merlini já fazia parte do grupo de industriais nomeado para o diretório do banco, desde a criação da instituição, devido sua notoriedade como dirigente da associação metalúrgica, instituição também integrada ao sistema de decisões do governo pós-44. A empresa TelleresMerlini y Hijos foi uma das importantes indústrias metalúrgicas da capital Buenos Aires no período aqui analisado. A trajetória de Aquiles no Banco Industrial se encerrou em 1949, com a reforma ministerial desse mesmo ano, marcado também pela renúncia de importantes aliados como Miranda e Rolando Lagomarsino.

Como vimos anteriormente, Aquiles Merlini foi parte do grupo industrial que ocupou importantes posições no aparelho estatal entre os anos de 1944-1949. Brennan (1997) caracteriza Merlini como um pró-peronista e assinala que somente nos últimos meses do segundo governo de Perón, o empresário passa a se distanciar deste. Tal caracterização parece estar de acordo com as posições relevantes ocupadas por Merlini durante o governo de Perón, mesmo após sua passagem pelo Banco Industrial, quando ocupou a presidência da Confederación General de la Industria (CGI), fundada em 1951, com ampla intervenção estatal.

Apêndice A4

Nome: Rodolfo Pedro SerafinGarello

Mandato: 1949-1952

Perfil ideacional:s/ informações

Setor de Origem:Público

O quarto presidente do Banco Industrial foi Rodolfo Pedro SerafinGarello. Nascido no ano de 1911, em Buenos Aires, Garello se formou em contabilidade e obteve o título de doutor em ciências econômicas pela Universidade de Buenos Aires, em 1943. Sua trajetória nos remete à um funcionário de carreira construída predominantemente no setor público. Antes de assumir a presidência do Banco Industrial, Garello foi inspetor da Dirección Geral del Impuestos a los Réditos, diretor geral de impostos do Ministerio de Hacienda, diretor da Dirección Geral Impositiva e do Instituto Misto de Inversiones Inmobiliarias (IMIM).

Sendo um doutor em economia, com experiência no setor público, sua nomeação em 1949 pode estar associada ao contexto de crise econômica ao qual o país começava a passar. Nesse ano, o governo federal argentino, via o decreto n° 33425/48, restringiu a ação do Banco Industrial ao fomento somente de ampliações de indústrias já estabelecidas, em detrimento do financiamento de novas plantas. O objetivo do governo peronista era principalmente o de conter o crescimento da inflação que atingia a Argentina no período. Nesse mesmo ano, indivíduos importantes da formulação de política econômica abdicaram de suas posições, como foram os casos de Miranda, Lagomarsino e do então presidente do Banco Industrial, Aquiles Merlini.

Apesar de ocupar posições públicas importantes, principalmente nos anos de governo peronista, não existem sobre Rodolfo Garello dados que possam revelar sua orientação ideológica. O maior indício de seu alinhamento ideológico ao peronismo são suas nomeações ao Banco Industrial e ao IMIM durante esse governo, já que o economista não fazia parte dos quadros técnicos dessas instituições. Além disso, as informações sobre formação acadêmica e associações ao qual Garello foi filiado não são suficientes para nenhum tipo de classificação.

Apêndice A5

Nome: Hector Júlio Diaz

Mandato: 1952-1953

Perfil ideacional: Justicialista

Sector de Origem: Público/Privado

Em 1952, com a saída de Rodolfo Garelo, quem assume a presidência do Banco Industrial é Hector Júlio Diaz, empresário e amigo de Juan Duarte, irmão de Eva Perón e secretário da presidência nacional. Pouco se sabe sobre a formação acadêmica e trajetória profissional de Diaz antes de assumir o posto mais alto do banco. O empresário nasceu em Chivücoy, província de Buenos Aires, e ganhou destaque como dirigente esportivo, quando ocupou a presidência do clube de futebol Atlético Sarmiento de Junín.

Como relata Pechemiel (2005), a família Diaz atuava em diversos ramos empresariais, com negócios industriais, comerciais e agropecuários e foi amplamente favorecida por prebendas garantidas por Juan Duarte durante os anos do peronismo. Hector Diaz trabalhou e foi presidente do Banco Hipotecário Argentino, dirigente esportivo e presidente da Hector y Ernesto Díaz S.A. antes de se tornar presidente do Banco Industrial, por onde permaneceu por aproximadamente um ano. Deixou o cargo após o falecimento do amigo Juan Duarte, em 1953. Por sua proximidade pessoal e seus vínculos políticos com a família Duarte e o governo peronista, classificamos Hector Diaz como um justicialista.

Apêndice A6

Nome: Julio V. Canessa

Mandato: 1953-1954

Perfil Ideacional: Justicialista

Setor de Origem: Público

Em 1952, a política de substituição de importações ainda se demonstrava débil em um dos setores essenciais ao desenvolvimento industrial, o energético, que correspondia a 23% das importações da Argentina (Gadano, 2012). Num cenário de reorientação de estratégias e de dificuldades econômicas, quem assume a presidência do Banco Industrial, com a saída de Hector Julio Diaz, é o engenheiro Julio Canessa, um técnico especialista em assuntos energéticos.

Sem dúvidas, a biografia de Canessa é aquela que mais se assemelha com os indivíduos que presidiram o BNDE na maior parte dos governos Vargas e Juscelino. Ou seja, um especialista, de trajetória construída no interior do estado e ator importante na formulação de projetos de desenvolvimento nacional. Nascido em Pehuajó, província de Buenos Aires, Canessa se formou em engenharia industrial pela Universidade de Buenos Aires. Sua trajetória profissional foi quase que inteiramente construída dentro da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), principal instituição de produção de petróleo da nação. Em 1933, como produto de seus relatórios, é inaugurada a Destileria de la Plata, a primeira planta de produção de gás líquido. Em 1946, quando acumulava as presidências da YPF e da Gasdel Estado, Canessa apresenta ao já presidente Perón um ambicioso plano de nacionalização da produção energética do país. Na visão do engenheiro, elementos como a água, o gás e a eletricidade são vitais para a nação e sua população, e a prestação desses serviços deveria ser de responsabilidade direta do Estado e não dos interesses privados (Canessa, 2002, p.3).

Segundo Vazquez (2015), Perón admirava o conhecimento técnico de Julio Canessa, o que naturalmente justifica a nomeação do engenheiro para presidir estatais tão relevantes como a Gasdel Estado, a YPF, o Banco Industrial, assim como ser membro da Dirección Nacional de Energia e do diretório do BCRA. No entanto, para além de suas credenciais técnicas, o engenheiro possuía grande afinidade ideológica com Perón. Os ideais da

justiça social e do nacionalismo aparecem como principais fios condutores dos projetos energéticos de Canessa.

Es función de un Estado moderno vigilar que cada habitante pueda disponer de esos elementos (agua, gas y petróleo) en la cantidad y medida indispensables para su vida, a tarifas que además de justas y razonables, estén al alcance de toda la población, sin distinción de clases sociales. El caso ideal sólo se alcanza cuando la prestación de esos servicios se realiza sin lucro; proceder en otra forma, es lucrar sobre necesidades imperiosas e ineludibles de la población.(CANESSA, 2002, p. 27)

Apêndice A7

Nome: Américo Ditaranto

Mandato: 1954-1955

Perfil Ideacional: s/ Informações

Setor de Origem: Público

Com a saída de JulioCanessa, que passaria a se dedicar integralmente à Dirección Nacional de Energia, ascende a presidência do Banco Industrial o então vice, Américo Ditaranto. Pouco se conhece sobre a trajetória desse personagem, assim como são escassos seus dados biográficos. Ditaranto era gerente bancário antes de se tornar o vice-presidente de JulioCanessa no Banco Industrial. Mais tarde, já nos anos de Arturo Frondizi, Ditaranto se tornaria gerente geral do Banco Central argentino. Não foi possível coletar dados biográficos que nos permitissem classificar o perfil ideacional de Américo Ditaranto.

Apêndice A8

Nome: Raúl Lamuraglia

Mandato: 1955-1956

Perfil Ideacional: Liberal

Setor de Origem: Privado

Com a queda de Perón, a Argentina passou por uma bruta reformulação das autoridades que lideravam as agências políticas do país. No Banco Industrial, com a saída do diretório do governo peronista, uma direção provisória liderada por Oscar Portolan atuou de Setembro do mesmo ano até o mês de novembro, quando Raúl Lamuraglia fora nomeado o novo presidente da instituição. O novo governo de Aramburu trazia ao país uma orientação anti-peronista e, nesse contexto, a nomeação de Lamuraglia é um símbolo de drásticas mudanças das diretrizes do Banco Industrial.

Nascido em Buenos Aires, Raúl Lamuraglia se formou em engenharia e se consolidou como empresário têxtil e agropecuário, o que possibilitou com que se tornasse diretor do Banco Industrial, ainda na primeira composição da diretoria, pasta que abandonou em 1945, e presidente da UIA em 1946, mesmo ano em que Perón se tornava presidente. Como nos relata Schneider (2004, p. 178), Lamuraglia era líder do grupo anti-peronista da união, fortemente orientado pelos ideais liberais e da agroexportação. A divisão da UIA colocava em disputa o grupo mais a favor de Perón, liderado por Herbin, Miranda e Lagomarsino, contra um segundo e mais poderoso grupo de Pascual Gambino e Lamuraglia (Brennan e Rougier, 2009).

O empresário foi forte crítico e opositor ao regime político peronista até que em 1953 fora exilado do país. O retorno de Lamuraglia aconteceria em 1955, com a queda de Perón num episódio conhecido como “*Revolución Libertadora*” que contava entre os seus líderes o próprio Lamuraglia. No contexto de anti-peronismo político do governo Aramburu, com restituição da UIA, Lamuraglia retornava ao Banco Industrial, mas dessa vez como presidente.

Ideologicamente, apesar de não ter origem patricia, Raúl Lamuraglia foi um defensor do liberalismo agroexportador argentino e um dos grandes rivais de Perón e seu regime.

Difícilmente seria possível pensar num personagem mais simbólico para dirigir o Banco Industrial logo após a queda do regime peronista e a ascensão de uma nova ordem liberal.

Apêndice A9

Nome: Alfredo Seeber

Mandato: 1956-1957

Perfil Ideacional: Liberal

Setor de Origem: Privado

Com a saída de Lamuraglia, Alfredo Seeber²⁷ se torna o segundo presidente no período pós-revolução de 1955. Seeber era um engenheiro vinculado ao radicalismo argentino, com carreira prévia construída no setor privado. Pouco se sabe sobre a formação e trajetória desse indivíduo antes de se tornar presidente do Banco Industrial. No entanto, Seeber era vinculado ao grupo do Radicalismo del Pueblo (UCRP), liderado por Ricardo Balbín. O engenheiro foi indicação do liberal Eugênio Blanco, então Ministro da Economia, para o Banco Industrial. Nos anos de governo Frondizi ainda ocuparia uma posição no diretório do Banco Central, além de ser nomeado secretário de obras públicas da província de Córdoba, em 1960.

²⁷ O sobrenome Seeber já era bastante conhecido na política argentina desde Francisco Seeber, ex-interventor da província de Buenos Aires, e de Carlos Seeber, ex-deputado nacional. No entanto, não foram encontrados dados que comprovassem as ligações familiares desses dois personagens com Alfredo Seeber.

Apêndice A10

Nome: Rogélio Galarce

Mandato: 1958-1959

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista

Sector de Origem: academia/privado

O escolhido para suceder Alfredo Seeber foi o advogado Rogélio Galarce. Nascido em Buenos Aires, Galarce é graduado e doutor em direito pela Universidade de Buenos Aires e teve longa trajetória acadêmica, construída majoritariamente no colégio Manuel Belgrano. Junto à atuação como professor, teve uma trajetória privada em empresas do ramo da siderurgia e mineração²⁸, onde ocupou posições de destaque, durante os anos 50.

O advogado foi apoiador do movimento revolucionário que depôs o presidente Perón, em 1955. Logo em seguida, fez parte do diretório do banco liderado por Raúl Lamuraglia, foi vice-presidente de Alfredo Seeber e se tornou, por fim, presidente da instituição em 1958. As funções desempenhadas no banco foi o início de sua carreira no setor público que continuaria como funcionário no Ministério de Obras e Serviços da Nação, Ministério de Economia de Rio Negro e no Ministério do Bem-estar Social.

Rogélio Galarce já fazia parte do diretório do banco antes do governo desenvolvimentista de Frondizi assumir a instituição. Sua trajetória na direção de empresas no setor metalúrgico e da mineração pode ter sido um fator relevante pra sua nomeação. Em 1958, discursou sobre as necessidades de mudanças nas estratégias gerais promovidas pela instituição:

Cuando en nuestro país se ha querido oponer como términos contradictorios o inconciliables el desarrollo de nuestras enormes posibilidades agropecuarias con la expansión industrial, se ha olvidado o se ha desconocido el claro ejemplo de países como los Estados Unidos. (Galarce, 1958)

²⁸Galarce ocupou posições importantes em algumas empresas (MISIPA, Aluminé e ACINDAR) de vinculação com acionistas russos-argentinos, o que levou alguns jornais levantarem acusações do envolvimento do governo Frondizi com o regime comunista e de favorecimento do Banco Industrial em relação à essas empresas (El Caudillo, Año 1, N° 4, 1973).

Tendo em vista seus escritos e discursos, a classificação ideológica de Galarce ficaria entre o liberalismo e o desenvolvimentismo, mas seus vínculos com a UCRI, partido liderado por Frondizi, é decisivo pela escolha de classifica-lo como um *desarrollista*.

Apêndice A11

Nome: Ricardo Pasman

Mandato: 1959-1961

Perfil Ideacional: Liberal

Setor de Origem: Privado

Nascido em Buenos Aires, em 1912, Ricardo Pedro Pasman substituiu Rogélio Galarce em 1959, ainda no governo de Arturo Frondizi. Pasman era um empresário industrial com atuações no ramo privado, como conselheiro da UIA (1943-1946), pela Cámara de Exportadores de la República Argentina (1942-1948) e pela Asociación de Industriales Ceramistas (1943-1946).

O empresário estudou no Colégio de Buenos Aires e não obteve formação superior. Sua orientação tende ao liberalismo, orientação geral da UIA no período. Sua nomeação ao banco foi indicação de Álvaro Alsogaray, o Ministro da Fazenda na época, de forte orientação liberal ortodoxa. Ainda foi presidente do Banco Central (BCRA) em 1962, no governo de José María Guido e na segunda vez de Alvaro Alsogaray no Ministério da Fazenda. Após a presidência do Banco Central, Pasman retornaria ao setor privado em empresas dos ramos da metalurgia e mineração.

Apêndice A12

Nome: Juan Francisco de Larrechea

Mandato: 1961-1962

Perfil Ideacional: Liberal

Setor de Origem: Público

Nascido em Buenos Aires, Juan Francisco de Larrechea vinha de uma família política tradicional na província de Santa Fé²⁹. Se formou em direito pela Universidade de Buenos Aires, especialista em direito civil e comercial, foi professor no Colégio Nacional Domingo F. Sarmiento e foi membro do diretório do Banco de la Nación Argentina antes de ser nomeado interventor federal da província de Córdoba em 1960, durante o governo de Frondizi. Juan Larrechea assumiu a presidência do Banco Industrial em 1961, com a saída de Ricardo Pasman. O advogado era vinculado ao grupo do ex-Ministro da Fazenda, Alvaro Alsogaray, defensores de ideais liberais ortodoxos e resistentes ao justicialismo como política econômica. Tais vínculos políticos são relevantes para entender suas nomeações na carreira pública.

²⁹ Para mais informações sobre o avô de Larrechea, um importante político de Córdoba, ver Barriera (2017)

Apêndices B: Os presidentes do Banco nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

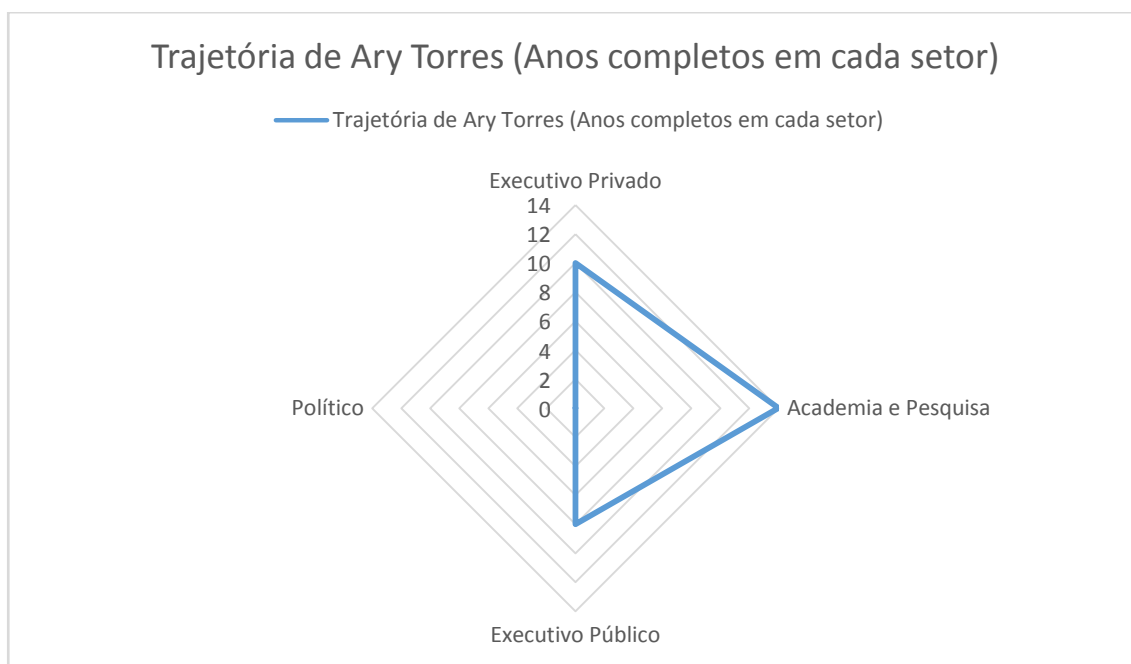
Apêndice B1

Nome: Ary Torres³⁰

Mandato: Julho de 1952 – Junho de 1953

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista Cosmopolita

Desenho de Trajetória:



Fonte: Elaboração Própria.

Ary Frederico Torres foi um renomado técnico da engenharia civil, ganhando grande parte da sua notoriedade acadêmica com suas contribuições para o desenvolvimento metodológico na utilização e na dosagem do concreto no Brasil. Nascido em Porto Alegre, no ano de 1900, Ary Torres teve trajetória de grande relevância no avanço tecnológico, como especialista e na liderança de importantes institutos de pesquisa, o que possibilitou com que o engenheiro desempenhasse também papéis políticos de destaque, entre eles a presidência do BNDE. Além disso, Torres foi idealizador de importantes agências no país, tanto de natureza estritamente técnica, quanto de instituições ligadas a produção de bens centrais para o desenvolvimento industrial brasileiro.

³⁰ Com exceção dos trechos onde constam citação, o restante das informações biográficas de Ary Torres se encontram em seu verbete no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2017) e na seção de memória do IPT (2017)

Ary se formou em engenharia civil pela Escola Politécnica em 1923. Após sua formação, passou 5 anos realizando pesquisas em importantes laboratórios na França e na Suíça. Com a bagagem adquirida, se tornou diretor do Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo³¹, função que desempenharia por mais de 13 anos. Durante esses anos, Torres foi autor de importantes contribuições para o desenvolvimento do concreto no Brasil com trabalhos inovadores para a utilização e dosagem do material (Torres, 1927). Outro feito relevante da sua trajetória técnica, foi a criação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), criada em 1940 como resultado de suas propostas metodológicas em um ensaio mecânico de cimentos (Tutikian e Helene, 2011; ABNT, 2011).

Além de suas contribuições ao avanço tecnológico como pesquisador, o engenheiro também foi idealizador ou mediador de importantes projetos para a criação de agências que atuavam na produção de bens básicos, ainda escassos no país, para o desenvolvimento industrial brasileiro. Torres esteve presente no processo de criação da Companhia Nitro-Química do Brasil, em 1935, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942, da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (COBRASMA), em 1944 (Couto, 2003), e da Companhia Brasileira de Material Elétrico, fundada por ele próprio em 1949.

A trajetória política de Ary Torres possui relação direta com a sua notável carreira técnica. O engenheiro nunca ocupou uma posição eletiva e desempenhou, em grande parte, funções em órgãos técnicos consultivos do governo federal, como eram a Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Coordenação de Mobilização Econômica e o Conselho da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). Além disso, Ary foi Secretário de Obras Públicas de São Paulo e presidente de agências pelo qual havia participado no processo de fundação, como da CSN.

A notoriedade técnica, a experiência em planejamento e em chefias institucionais pesaram na escolha de Torres para presidir a CMBEU e se tornar, mais tarde, o primeiro

³¹ Essa importante instituição se chamava, durante os anos 20, Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM) e só viria a se chamar Instituto de Pesquisa Tecnológica durante os anos de Torres frente à agência. A instituição foi chave no processo de desenvolvimento técnico e metodológico do concreto no Brasil, o que possibilitou, anos mais tarde, aos fabricantes e técnicos a criação da Associação Brasileira de Cimento Portland. O LEM, “desempenhou papéis de destaque na infraestrutura para o atendimento das crescentes necessidades industriais e urbanas”. (Motoyama, 2004)

presidente do BNDE. Segundo Roberto Campos, foi justamente essa versatilidade da trajetória do engenheiro um dos diferenciais curriculares desse importante técnico brasileiro:

Precisava-se de alguém com entrosamento no meio empresarial e com experiência tecnológica, e o homem indicado pelo ministro Lafer foi o Ari Torres, que tinha sido diretor do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Era um engenheiro notável, com grande experiência de engenharia e também empresarial. Acredito que se tenha conseguido, àquela época, recrutar o que havia de melhor e mais experiente em planejamento, eu diria, ainda que fosse embrionário, porque todos nós tínhamos uma técnica muito rudimentar de planejamento. (Entrevista com Roberto Campos Memórias do Desenvolvimento 3, 2007, p. 46)

Sobre a trajetória de Ary Torres, antes desse presidir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), há de se ressaltar três pontos, que nos interessam diretamente ao nosso problema central. Primeiro, a já citada atuação como técnico e idealizador de agências que atuavam em áreas relevantes para o desenvolvimento industrial brasileiro, como eram os setores de transporte, infraestrutura, energia e na própria formação de quadros técnicos qualificados, como desempenhava o IPT. Essa agência, como afirma Motoyama (1995), colaborou no planejamento e preparação da fase industrial do pós-guerra e na preparação de técnicos com treinamento expedito para as missões de guerra, mas que também assentaram as bases para a formação de quadros técnicos da indústria no pós período de conflito.

Segundo, a forma pela qual Torres viabilizou a criação de muitas dessas indústrias e agências, em muitos casos (COBRASMA e CSN) associadas ao capital privado e estrangeiro, como foram os casos de sua aliança com o banqueiro Gastão Vidigal e da sua mediação entre o governo federal e o Eximbank (Couto, 2003). Nesse ponto, também se inclui a sua atuação na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. E, por fim, um terceiro ponto é a transição do engenheiro pelas esferas privada, pública e acadêmica, como bem destacou Roberto Campos. Durante sua trajetória, Torres não se ateu em nenhum desses setores, tendo desempenhado papéis relevantes e demonstrando “entrosamento” em todos eles.

Esses três pontos reforçam as classificações de Bielchowsky (1995) e de Haffner (2002), que colocam Ary Torres no grupo dos importantes personagens do desenvolvimentismo cosmopolita, no período. Como vimos anteriormente, o engenheiro teve uma trajetória de

grandes contribuições ao avanço tecnológico e industrial do país e que não atribuía para o Estado o papel único no planejamento e implementação de um projeto de desenvolvimento econômico. Por fim, vale a pena a apresentação de parte dos discursos proferido por Torres no Sindicato dos Engenheiros da Bahia e num evento comemorativo do LEM, que enfatiza a sua luta pela capacitação dos quadros técnicos e pelo desenvolvimento tecnológico brasileiro:

Mais do que máquinas e as verbas, é importante o elemento humano, e esse não se improvisa. (Ary Torres, no Sindicato dos Engenheiros da Bahia, 1940)

Faremos tudo para que esse número (de trabalhadores) chegue à centena de milhares, trabalhem com amor pela tecnologia brasileira, pois esta será um dos fatores para o progresso do Brasil. (Ary Torres aos funcionários do LEM na comemoração do Certificado Oficial nº 1000, em 1927)

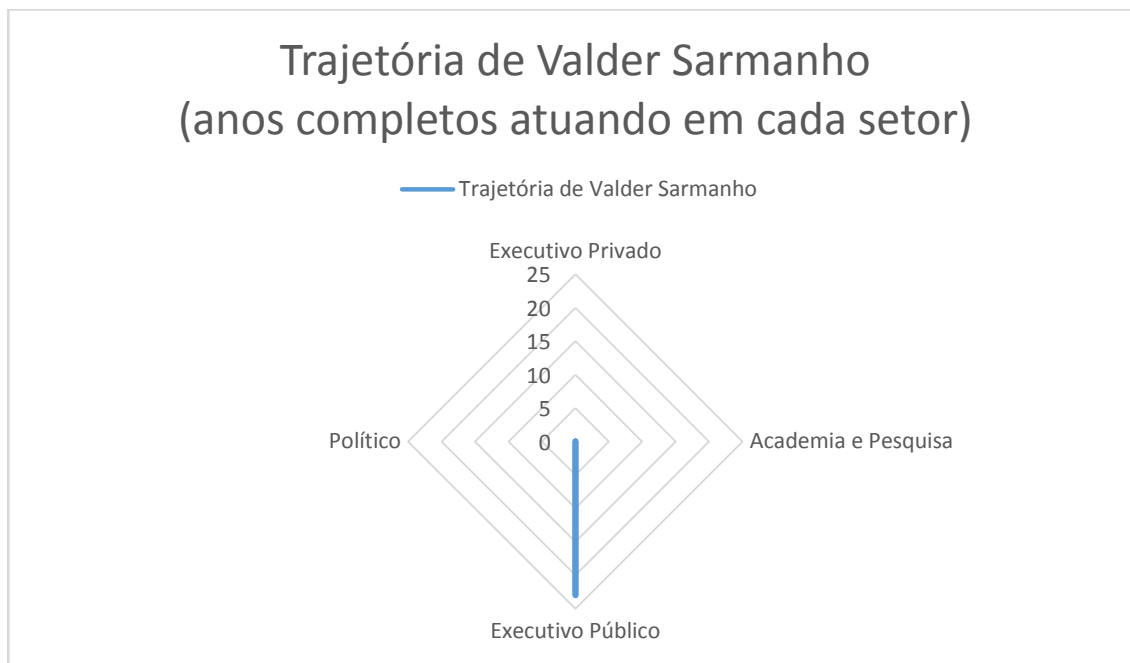
Apêndice B2

Nome: Valder de Lima Sarmanho³²

Mandato: Junho de 1953 a Fevereiro de 1955

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista Nacionalista

Desenho de Trajetória:



Fonte: Elaboração própria

Valder de Lima Sarmanho foi o segundo presidente da história do BNDE, sua trajetória, como fica claro no gráfico anterior, foi construída inteiramente à serviço público. Sua carreira foi, em grande parte, constituída por funções diplomáticas em Cuba e Estados Unidos, chegando à ser cônsul-geral brasileiro no país norte-americano. Sarmanho substituiu Torres, quando o engenheiro abdicou de sua posição devido à distância de sua família³³, já que o banco tinha sua sede localizada no Rio de Janeiro e a sua família residia em São Paulo. Além disso, como relata Paiva Leite (1959), a crise política que o país passava em 1953, fez com que Vargas indicasse alguns homens de confiança para posições importantes de seu governo, como parece ter sido o caso de Sarmanho para o BNDE.

³² A trajetória de Sarmanho e grande parte dos seus dados biográficos foram retirados do seu verbete no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (2017).

³³ Essa foi a versão contada por Ari Torres, mas o contexto de conflito entre os grupos nacionalistas e cosmopolitas pode ter influenciado a saída do primeiro presidente.

Assim como seu predecessor, Sarmanho se formou em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo. No entanto, desempenhou a profissão durante apenas um ano de sua trajetória, como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Rio de Janeiro. Logo em seguida, se tornou oficial de gabinete do presidente Vargas e, anos mais tarde, em 1938, se diplomou em direito pela Faculdade de Direito de Niterói.

Apesar de ter desempenhado algumas funções relevantes, a literatura normalmente atribui maior destaque à proximidade pessoal de Sarmanho com Getúlio Vargas. É importante ressaltar que Valder era irmão de Darci Sarmanho Vargas, esposa do então presidente. Mas além de seus laços familiares, Sarmanho também era conselheiro informal de Vargas, desde os anos da revolução de 30, como aponta Alzira Vargas Peixoto (1960), filha de Getúlio e sobrinha de Sarmanho, em seu livro biográfico.

Cleantho de Paiva Leite (1959) afirma que além dos conselheiros oficiais, como era Maciel Filho, por exemplo, Vargas tinha confiança nas palavras de Sarmanho, que durante alguns anos chegou a residir no palácio do catete no Rio de Janeiro. Durante a carreira, Sarmanho foi nomeado como parte do corpo representante brasileiro em importantes comissões, como foram as criadas para o Conselho Interamericano Econômico e Social, a Conferência Internacional do Trigo e a própria CMBEU.

Sobre esse último ponto, é interessante ressaltar as frequentes correspondências trocadas, onde Sarmanhofrequentemente detalhava o conteúdo das conferências e reuniões para Vargas³⁴. Damasceno e Belançon (2015) destacam o papel exercido por Sarmanho em reuniões com representantes do governo norte-americano que viam na figura de Vargas, um presidente com tendências ideológicas de esquerda e com pouco apego a democracia. O homem de confiança de Vargas atuou constantemente diante das autoridades daquele país com o intuito de superar essa impressão e adquirir a confiança do governo norte-americano.

Em relação ao perfil de Sarmanho é importante notar, como já foi apontado anteriormente, que a Comissão Mista Brasil e Estados Unidos reunia na sua composição indivíduos de grande notoriedade técnica e que depois seria composição importante para o primeiro quadro técnico do BNDE. Nesse sentido, a indicação de ValderSarmanho, à

³⁴ Algumas dessas correspondências estão disponíveis no repositório de documentos da FGV (Sarmanho, 1943, 1950 e 1953).

que tudo indica, pela confiança pessoal de Getúlio Vargas, parece ser um diferencial em relação aos perfis de Ary Torres, Glycon de Paiva, Roberto Campos e Lucas Lopes, ou seja, dos primeiros presidentes da instituição e ex-membros da comissão.

Em relação ao aspecto ideacional de Sarmanho, o desafio de classificar o ex-diplomata brasileiro é uma tarefa que nos impõe algumas dificuldades uma vez que não existem informações e classificações de outros autores em relação à sua orientação ideológica. Algumas etapas de sua trajetória possuem aspectos de cunho nacionalista. Um primeiro ponto importante, é de que Sarmanho havia participado de todo o movimento revolucionário de 30, junto a Getúlio Vargas. Outra informação que pode ter relevância é a de que ele fazia parte do grupo de conselheiros mais próximos à Vargas, que constantemente são classificados como o grupo nacionalista do governo. (Bielchowsky, 1995)

Sarmanho ocupou a presidência do BNDE, num momento de instabilidade política, onde Vargas atribuiu maior espaço à ala nacionalista desenvolvimentista, com destaque pra figura de Maciel Filho que ocupou a superintendência do banco. Foram durante os primeiros meses de presidência de Sarmanho, que Roberto Campos e Glycon de Paiva reconhecidos cosmopolitas, abdicaram suas posições do banco. Por essas informações de vínculos políticos e de contexto, parece possível classificar Sarmanho como um integrante da ala desenvolvimentista nacionalista.

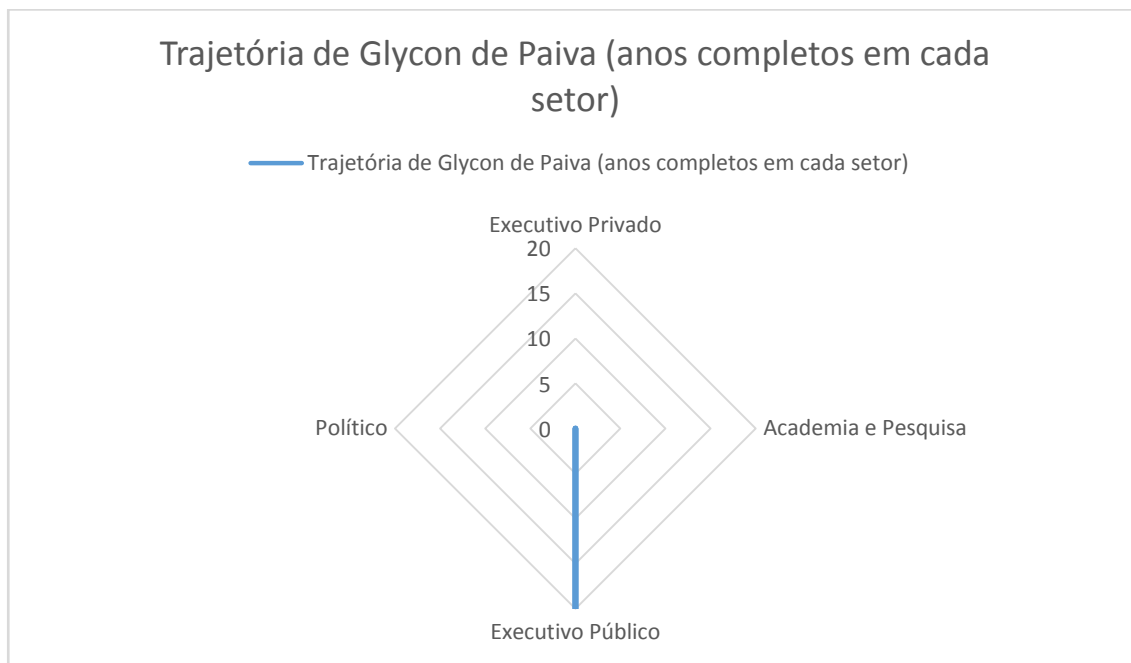
Apêndice B3

Nome: Glycon de Paiva

Mandato: Março de 1955 – Fevereiro de 1956

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista Cosmopolita

Desenho de Trajetória:



Glycon de Paiva Teixeira foi o terceiro presidente do BNDE, assumindo o posto mais alto da instituição após a queda de Getúlio Vargas e a saída de pessoas de confiança do ex-presidente, entre eles Sarmanho e Maciel Filho, que ocupavam os principais cargos do banco. Com a ascensão de Café Filho à presidência da república, Roberto Campos e Glycon de Paiva, que haviam estado fora do BNDE retornam, com o primeiro ocupando a superintendência e o segundo a presidência.

Como demonstra o gráfico sobre sua trajetória, Paiva construiu toda sua carreira prévia ao BNDE exercendo funções em cargos públicos. Contudo, diferente de Sarmanho que, como vimos, pouco exerceu sua profissão inicial, Glycon foi um técnico de grande notoriedade, o que foi um fator relevante para o desenvolvimento de sua trajetória em grandes agências governamentais, como é o caso do banco de desenvolvimento. Formado em engenharia de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto – MG, Glycon de Paiva passou quase uma década atuando como engenheiro e no desenvolvimento de projetos de

mineração pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)³⁵, vinculado ao Ministério da Agricultura.

Uma rápida pesquisa pelos seus trabalhos, é possível notar que muitos de seus relatórios são tidos como uma contribuição importante para discussões ainda em estágios iniciais, como eram sobre a exploração do manganês no Amapá (Drummond e Pereira, 2007), do petróleo na Bahia (Schwartzman e Magalhães, 1982) e de diversas outras análises geológicas do território brasileiro (Paiva, 1929; 1932; 1939). Aliás, nesse ponto, o destaque de Glycon de Paiva na área de mineração se assemelha com a trajetória de pesquisas de Ary Torres e as suas contribuições para o cimento e o concreto no Brasil. Além disso, os técnicos do DNPM, como afirma Gomes (2007), foram os principais expoentes e precursores dos cursos de Geologia no Brasil, marco no desenvolvimento acadêmico dessa área de estudo. Gatto, Faro e Almeida (2008) afirmam que Glycon de Paiva era um dos principais expoentes de um grupo de importantes engenheiros brasileiros, entre eles Mário da Silva Pinto e Jorge Oscar de Mello Flores, ao qual são chamados pela alcunha de *brasílicos* e que “conheciam o Brasil na palma da mão, terra que tinham percorrido em estudos geológicos, de infraestrutura e energia” (Gatto, Faro e Almeida, 2008, p. 33).

Os trabalhos pelo DNPM, levaram Glycon de Paiva à Coordenação de Mobilização Econômica, criada por Getúlio Vargas em 1942, onde ficou responsável pela seção de produção mineral. A partir desse ponto, o engenheiro de minas foi presença constante em órgãos e comissões consultivas do governo, sempre como técnico especialista da área de mineralogia, entre elas a própria Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Com a criação do BNDE, Paiva se tornou diretor da agência e mais tarde abandonaria seu posto por divergências com as novas lideranças, principalmente com a figura de Maciel Filho. Assumiu então a diretoria da Companhia Vale do Rio Doce e só retornaria ao BNDE, com a queda de Vargas e a saída de Sarmanho da presidência, cargo que passaria a ocupar³⁶.

³⁵ Segundo Gomes (2007), o DNPM, na época, era o principal órgão que lidava com a questão mineral e geológica do país.

³⁶ Após o BNDE, Glycon de Paiva seria ainda ator importante da política nacional, liderando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), órgão de forte rejeição à ideologia socialista e que teria atuações contundentes nos anos que precederam o golpe militar de 1964 (Dreifus, 1986). Além disso, Paiva se manteve em um tipo de trajetória semelhante ao que vimos anteriormente, com funções em órgãos consultivos públicos e privados.

Para Bielchowsky (1995), Glycon de Paiva era um integrante da ala desenvolvimentista cosmopolita do período, no Brasil. Essa classificação ideológica parece estar correta devido a dois motivos principais. Um primeiro diz respeito ao ideário desenvolvimentista, onde é notável a adesão de Paiva aos ideias sobre a necessidade de desenvolvimento tecnológico, estatal e técnico no país. A sua trajetória está sempre de acordo com esse tipo de estratégia, assim como revela em muitos dos seus trabalhos a necessidade do Brasil ter capacidade e condições estruturais de exploração sustentável de seus recursos naturais. Outro traço desenvolvimentista em Glycon é a crença num projeto de desenvolvimento, com ênfase no planejamento para superar os diversos pontos de estrangulamento do Brasil.

Um segundo ponto é o posicionamento “cosmopolita” de Paiva. Posteriormente, ainda que isso não se adeque a nossa proposta de lidar com o alinhamento ideológico prévio aos exercícios no BNDE, Glycon foi um dos líderes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) de forte orientação cosmopolita e anti-comunista, após sua saída do BNDE. Mesmo previamente, o engenheiro fez parte de uma comissão para a vinda da empresa alemã Mannesman ao Brasil, além de se posicionar contrariamente ao grupo nacionalista que ocupou o BNDE durante os anos de 1953 e 1955, sob a presidência de Valder Sarmanho. Um último fator relevante é que em seus relatórios, Paiva frequentemente apresentava sugestões que ultrapassavam as fronteiras da mineralogia e demonstrava constante preocupações com a qualidade e com a competitividade das atividades de mineração no Brasil, mas que em nenhum momento as via como um desafio de cunho nacionalista e via com bons olhos uma união latina americana na questão mineral.

O país necessita participar de uma supranacionalidade mineral em busca de complementação do subsolo. Poderá ser peça importante na supranacionalidade mineral da América Latina. É preciso aceitar a tendência natural do Brasil para exteriorizar-se, em virtude do império dos condicionantes minerais. (Paiva, 1962, p. 32)

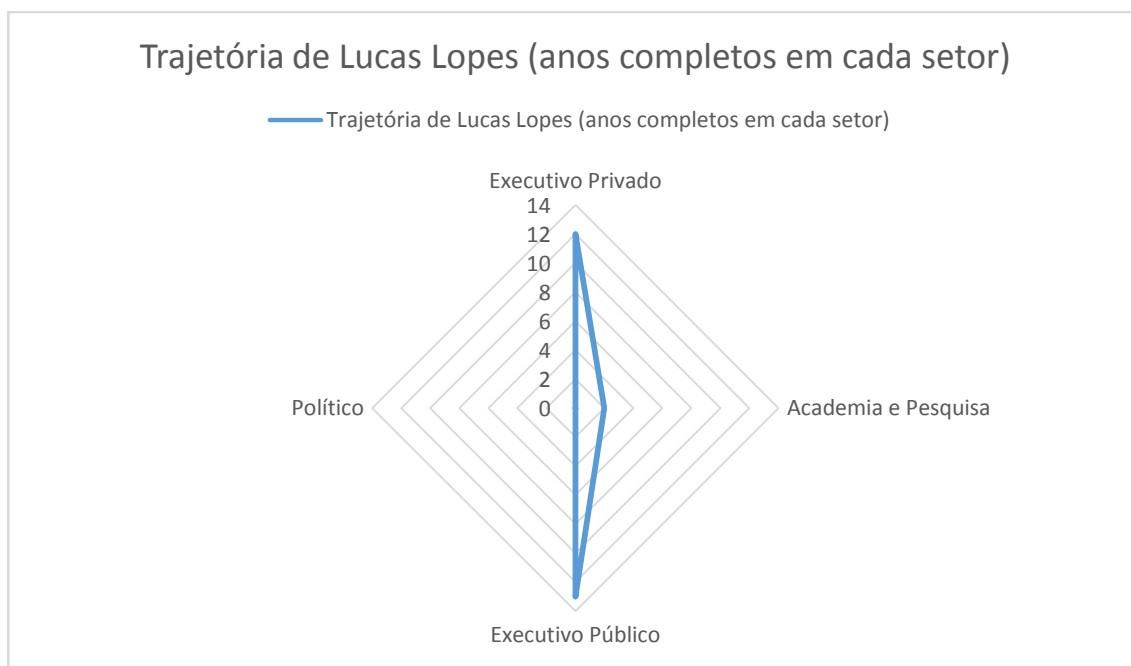
Apêndice B4

Nome: Lucas Lopes

Mandato: Fevereiro de 1956 a Junho de 1958

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista Cosmopolita

Desenho de Trajetória:



O quarto presidente do BNDE, sucessor de Glycon de Paiva, é o engenheiro Lucas Lopes. Como relata Roberto Campos em entrevista (BNDE, 2009), a mudança na presidência do banco foi resultado da ascensão de Juscelino Kubistchek à presidência da república. Lucas Lopes já vinha trabalhando com o recém-empossado presidente desde quando Juscelino ainda era governador de Minas Gerais e escolheu o engenheiro para formular um novo plano de eletrificação para o estado.

A relação com Juscelino Kubistchek fez de Lucas Lopes um ator central nos projetos políticos econômicos durante os anos desse governo. Como o próprio engenheiro afirma (BNDE, 2009), ele estava na “cozinha” da formulação do Plano de Metas de JK, como presidente do BNDE, que atuava de maneira conjunta com o Conselho de Desenvolvimento Econômico. Anos mais tarde, Lopes viria a ocupar o Ministério da Fazenda ainda sob escolha de Juscelino.

Mas de que forma Lucas Lopes entrou para o radar da política mineira, antes de atrair a admiração de Juscelino³⁷? Formado em 1932, em engenharia civil pela Escola de Engenharia de Minas Gerais, Lucas Lopes iniciou sua trajetória profissional como desenhista e engenheiro da Rede Mineira de Viação, onde trabalhou por quase uma década na montagem de trens. Ainda trabalhou pela Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) e pela Sociedade Técnica de Materiais (SOTEMA), antes de ser convidado por Benedito Valadares, interventor federal em Minas Gerais, para assumir a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado. Ainda viria a assumir a secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, a participar da recém-criada Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão criado para formular e executar um projeto de desenvolvimento para essa região, principalmente sob as matrizes da infraestrutura de transportes e da expansão do potencial hidrelétrico. Gatto, Faro e Almeida (2008), apresentam Lucas Lopes como o líder do grupo alcunhado por “Os programáticos”. Esses eram, majoritariamente, engenheiros, naturais de Minas Gerais, e que se destacaram pela elaboração e execução de importantes projetos durante o governo estadual de JK, dentro da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Entre os integrantes desse grupo estão, além de Lucas Lopes, Mario Bhering, Mauro Thibau, John Cotrim e Renato Feio.

A notoriedade que Lucas Lopes ia adquirindo rapidamente em sua trajetória ganhou o reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, que o nomeia professor catedrático de geografia econômica, e de JK que, mais tarde, o nomearia presidente do BNDE, num período onde o banco foi ator central atuando na “cozinha” dos Planos de Metas, ou seja, na formulação desses objetivos, e na execução de parte desses projetos.

Nota-se que Lucas Lopes, assim como vimos nas trajetórias de Glycon de Paiva e de Ary Torres, foi um técnico de grande destaque e atuação nas áreas da infraestrutura de transportes e de energia. O reconhecimento dessa expertise esteve presente quando Getúlio Vargas o nomeou para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para ser o analista dos projetos de transporte e energia elétrica, sob liderança de Ary Torres. O

³⁷ Não tenho convicção em relação à relevância do capital político familiar de Lucas Lopes em relação ao desenrolar de sua trajetória profissional e política. Mas é importante relatar que o engenheiro era sobrinho de Ildefonso Simões Lopes, ex-deputado federal durante a república velha.

próprio Lopes (BNDE, 2009), o classifica como um técnico, uma vez que não tinha ambição política alguma, à não ser em relação ao envolvimento nos grandes projetos de desenvolvimento da nação. A sua trajetória, como apresentado anteriormente, é a de um técnico que passou tanto pela esfera privada, como pela pública, mas que sempre se manteve em órgãos relacionados à sua expertise. Talvez, a exceção fique por parte do Ministério da Fazenda, posto que ocupou após o BNDE, mas que admitiu não ter competência para tal posição, no contexto da época.

Quando o Juscelino foi eleito, depois da eleição ainda passei alguns meses no Ministério, mas depois vim para o BNDE e, posteriormente, fui para o Ministério da Fazenda, onde fiquei durante algum tempo, até que tive um pequeno problema coronariano que me deixou liquidado por algum tempo. Não foi só o problema coronariano, mas foi também o estresse, pois eu tinha pouca capacidade para ser ministro da Fazenda, naquela altura. Eu tinha consciência da gravidade dos problemas que estávamos enfrentando, de modo que sofri muito mais do que normalmente o faria. Não sabia fugir, escapar dos problemas que vieram para a agenda. (Lopes, BNDE, 2009, p.39)

A classificação ideacional de Bielchowsky (1995) para Lucas Lopes é um tanto quanto óbvia, a de um desenvolvimentista cosmopolita. Além de ter participado da CMBEU, e ter sido o braço direito de JK na formulação do plano de metas, outros três motivos básicos são importantes para confirmar esse aspecto. Primeiro porque Lucas Lopes tinha grande apego ao projetos e atribuía grande importância ao planejamento para o desenvolvimento, o que lhe rendeu a alcunha de “programático”. Segundo é a crença na tese dos pontos de estrangulamento e de germinação da economia brasileira. Lopes esteve presente em projetos de renovação da malha ferroviária durante nos anos 50 e de expansão da capacidade elétrica nacional. Por último, como deixa bem claro em sua entrevista, Lopes não tinha qualquer restrição em negociar com a iniciativa privada nacional ou internacional³⁸, atribuindo maior importância ao projeto e os benefícios que esses poderiam render.

-

³⁸ Cita os casos dos acordos com grupos japoneses e os bancos de fomento norte-americano.

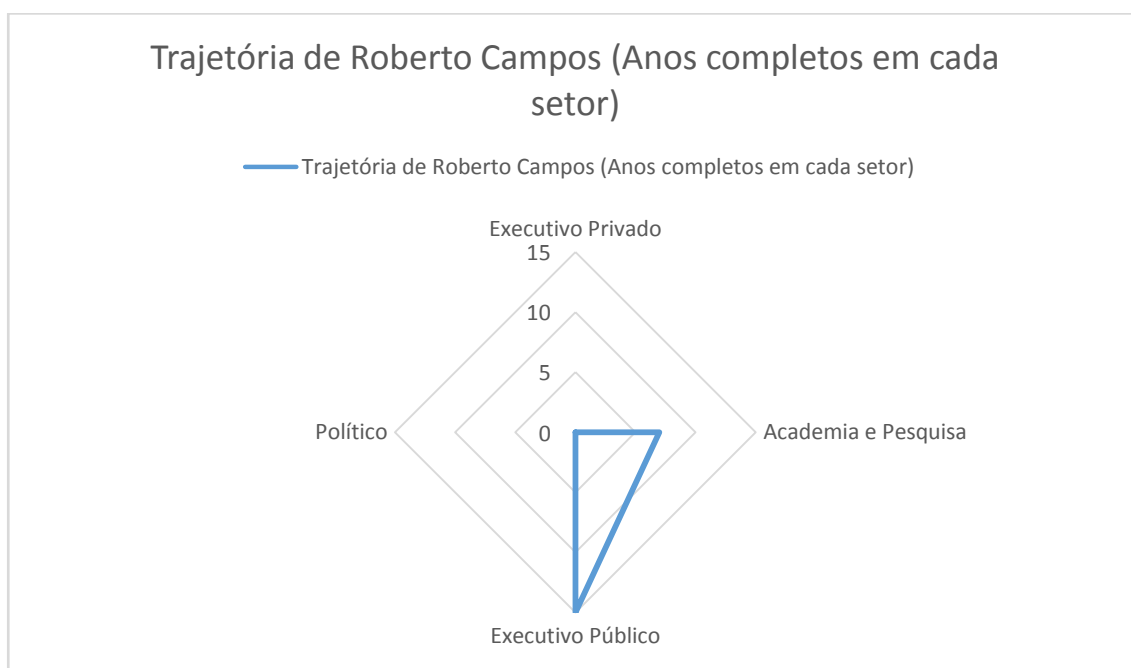
Apêndice B5

Nome: Roberto Campos

Mandato: Agosto de 1958 a Julho de 1959

Perfil ideacional: Desenvolvimentista Cosmopolita

Desenho de Trajetória:



O quinto presidente do BNDE foi Roberto de Oliveira Campos. Nascido em Cuiabá em 1917, Campos se tornou presidente do banco com apenas 41 anos de idade, até esta data, a pessoa mais nova a ocupar o cargo. Poucos sabem, mas o economista que após sua passagem pelo BNDE, ganharia grande destaque no cenário político nacional ocupando cargos eletivos como de Deputado Federal e Senador, possui como primeira formação o curso de Teologia e Filosofia. Após lecionar um ano num ginásio em Batatais, interior de São Paulo, Roberto Campos decidiu se mudar para a capital Rio de Janeiro, à procura de um emprego que ofertasse um salário maior.

O primeiro episódio de uma trajetória profissional de diplomata e de economista, ao qual muitos conhecem, se deu em 1939, quando Campos foi aprovado num concurso público do Itamaraty. Após três anos no Departamento Econômico da instituição, foi nomeado para seu primeiro cargo em solo norte-americano, na embaixada brasileira em

Washington. Ali, Campos se formaria em Economia pela Universidade George Washington e trabalharia durante aproximadamente 4 anos. Em 1947, foi transferido para Nova Iorque, onde foi representante brasileiro nas nações unidas e em conferências sobre o comércio. Nesse período também obteria seu diploma de mestre em economia na Universidade de Columbia.

De volta ao Brasil, em 1949, a serviço da chancelaria brasileira, Roberto Campos tinha um diploma raríssimo em território brasileiro, o de economista, além de ter o avançado nível de mestre. Foi representante brasileiro na III Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1950. Por esse e outros serviços de representação do Brasil em conferências internacionais e por ser o único diplomata brasileiro graduado formalmente em economia que Roberto Campos foi o escolhido para ser o Conselheiro Econômico da CMBEU (Godoi, 2007). Quando fundado o BNDE, ocuparia posição semelhante, a de diretor econômico.

Durante os anos 50, a trajetória de Roberto Campos seria marcado, para além de seus serviços prestados ao BNDE, por ter sido professor de Economia pela Universidade do Brasil entre 1956 e 1961 e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico do governo JK. Somente com a saída de Lucas Lopes, que se tornara Ministro da Fazenda em 1958, que Roberto Campo assume a presidência da instituição.

Roberto Campos era um economista de grande notoriedade em sua época. Além da elevado titulação acadêmica, para a época, foi professor universitário e autor de inúmeras contribuições acadêmicas na área de economia. Apesar de ter carreira semelhante com a de Valder Sarmanho, com trajetória construída majoritariamente nos serviços diplomáticos, Campos foi um técnico reconhecido pela sua avançada expertise econômica, ainda pouco formalizada no país.

Ideologicamente, não é raro encontrar aqueles que associam a figura de Roberto Campos à um defensor dos ideais liberais. De fato, isso não é um equívoco, uma vez que o economista passou a ser declaradamente um liberal, a partir dos anos 70. Segundo a análise de Godoi (2007)³⁹, a orientação ideológica de Roberto Campos era, no período anterior à 70, a de um desenvolvimentista, mas que não deixava de lado os interesses do

³⁹ Godoi (2007) se dedicou à analisar especificamente a trajetória e o desenvolvimento intelectual de Roberto Campos, contextualizando as mudanças de orientação com o panorama econômico e social ao qual o ator estava inserido.

capital estrangeiro e do capital privado. Também para Bielchowsky (1995), Campos integrava o grupo de desenvolvimentistas cosmopolita.

A alternativa que naquela época se apresentava à CMBEU, ainda em termos vagos, era o planejamento integral, defendido pela CEPAL, em grande parte sob a influência de Celso Furtado. Eu tinha uma curiosidade intelectual por essa metodologia, então em gestação, que transformaria o Estado em agente capaz de garantir o desenvolvimento auto-sustentado. (Campos, 2004, p. 162)

O próprio posicionamento de Campos em relação as reformas econômicas de 1953 foi motivo de desentendimentos com a ala nacionalista de Maciel Filho, Valentim Rebouças e Sarmanho, o que culminou na sua saída e na de Glycon de Paiva do BNDE. Apenas com a queda de Vargas, ambos voltariam para o banco. Além disso, os próprios trabalhos de Campos da época (Campos, 1954) já apresentam uma tendência cosmopolita, horas liberal, mas que ressalta debilidades da iniciativa privada e a defesa de muitas ideias de influência Cepalina desenvolvimentistas, como a teoria dos pontos de germinação e a importância do planejamento estatal para o desenvolvimento econômico. Sobre a orientação ideológica de Campos, o ex-diretor do BNDE, Roberto Saturnino Braga afirma:

O Campos, aqui para nós, foi o fundador do BNDE. O Campos desenvolvimentista, como ele era naquela época. Depois é que ele criou os BIS – os bancos de investimento – e quis acabar com o BNDE. Isso já na ditadura. (Braga, BNDE, 2008, p.258)

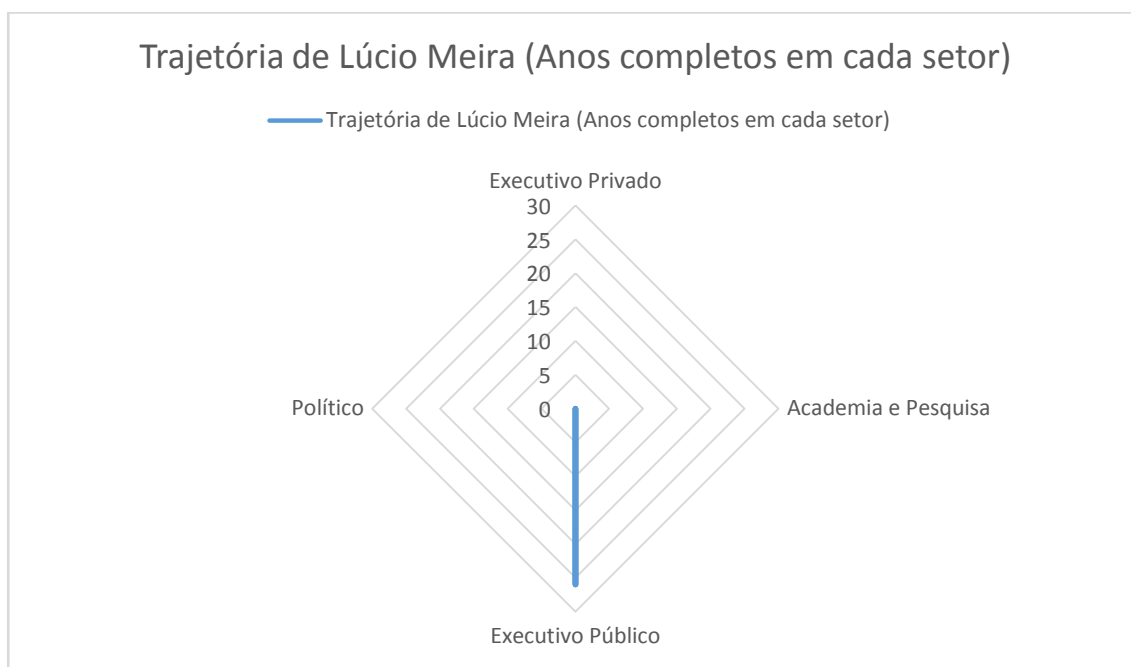
Apêndice B6

Nome: Lucio Meira

Mandato: Julho de 1959 a Fevereiro de 1961

Perfil Ideacional: Desenvolvimentista Nacionalista

Desenho de Trajetória:



Em 1959, enquanto o Brasil passava por uma crise inflacionária, Roberto Campos, então presidente do BNDE, e Lucas Lopes, que estava no Ministério da Fazenda, propoiam um plano de estabilização econômica para seguir as recomendações do Fundo Monetário Internacional. O projeto não foi aceito por Juscelino Kubistchek e culminou no rompimento político com o FMI. É nesse cenário que Lucas Lopes, que passava por problemas de saúde, e Roberto Campos pediram demissão de seus respectivos cargos. Assume o Ministério da Fazenda Sebastião Pais de Almeida, enquanto que Lúcio Martins Meira se torna o sexto presidente do BNDE.

Lúcio Meira era natural do Rio de Janeiro, iniciou sua trajetória militar desde os 15 anos quando ingressou na Escola Naval de sua cidade. Iniciou sua carreira profissional como guarda-marinha em 1927 e desempenharia funções estritamente militares até o ano de

1951. Se formou em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro, no ano de 1942.

No ano de 1951, Lucio Meira foi designado representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), onde ficou responsável pela direção do grupo de estudos responsável pela implantação da indústria automobilística, denominado Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis. No entanto, os projetos formulados pela CDI para a instalação de uma indústria automobilística nacional sofreram uma repentina interrupção com a morte do presidente Vargas em 1954.

O projeto de Lucio Meira para a indústria automobilística só foi retomado quando Juscelino Kubistchek, em 1956, o escolhe para ocupar o Ministério de Viação e Obras Públicas, dando claras indicações que o projeto idealizado pelo engenheiro poderia se tornar uma das metas do governo. Durante esse período, houve uma rápida expansão rodoviária no país, assim como renovação da rede ferroviária. Além disso, Meira, junto ao então presidente do BNDE, Roberto Campos e o engenheiro Eros Orosco criaram o Grupo Executivo da Industria Automobilística (GEIA), que ficaria responsável pela regulação das diretrizes básicas relativas à indústria do setor. É possível associar o sucesso nas metas relativas à indústria automobilística com a indicação de Lúcio Meira para a presidência do BNDE.

Sobre o aspecto ideacional de Lúcio Meira, parece relevante levar em conta três fatores. Um primeiro é a própria trajetória militar e participação de Lúcio Meira no grupo 3 de Outubro, ligado ao movimento revolucionário de 30, que tinha orientações nacionalistas e progressistas. Um segundo é o ideal do desenvolvimento industrial, com o destaque para os setores automobilístico e da infraestrutura de transportes, como fonte de superar o atraso econômico nacional. Por último, o fato já citado aqui, da conjuntura ao qual Lúcio Meira assumiu o posto da presidência do BNDE. Esses fatores juntos nos indicam que o engenheiro militar era um representante da ala desenvolvimentista nacionalista.